

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO - CSE
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

DAVI BENTES MONTEIRO DIAS

As Dimensões da Pobreza Multidimensional na Amazônia Legal

Florianópolis

2020

Davi Bentes Monteiro Dias

As Dimensões da Pobreza Multidimensional na Amazônia Legal

Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Professor Guilherme de Oliveira, Dr.

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Dias, Davi Bentes Monteiro
As dimensões da pobreza multidimensional na Amazônia
Legal / Davi Bentes Monteiro Dias ; orientador, Guilherme
de Oliveira, 2020.
60 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) -
Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Sócio
Econômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis,
2020.

Inclui referências.

1. Ciências Econômicas. 2. Pobreza. 3. Pobreza
multidimensional. 4. Amazônia Legal. I. Oliveira, Guilherme
de. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação
em Ciências Econômicas. III. Título.

Davi Bentes Monteiro Dias

As Dimensões da Pobreza Multidimensional na Amazônia Legal

Florianópolis, 04 de Dezembro de 2020.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso foi avaliado e aprovado pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Guilherme de Oliveira, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Carmen Rosário O. G. Gelinski, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Prof.^a Janaína Führ, Dra.
Universidade Federal de Santa Catarina

Certifico que esta é a **versão original e final** do Trabalho de Conclusão de Curso que foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel em por mim e pelos demais membros da banca examinadora.

Prof. Guilherme de Oliveira, Dr.
Orientador

Florianópolis, 2020.

Dedico este trabalho à minha mãe, Élida, ao meu pai, Dias, e aos meus irmãos, Tiago e Caleb.

AGRADECIMENTOS

Sou grato a Deus por ser o real sustentador da minha vida e por ter me permitido chegar até aqui.

Agradeço aos meus pais e irmãos que, apesar das dificuldades naturais do dia a dia, me deram o suporte mais que necessário durante todos esses anos de curso.

Agradeço também a todas as pessoas que pude conhecer na Universidade Federal de Santa Catarina, no Hospital Universitário, LabTrans e SMI (estes três últimos foram os locais onde realizei os meus estágios) e que colaboraram para a minha formação acadêmica, profissional e humana. Dessas pessoas em especial, o meu muito obrigado ao professor Guilherme de Oliveira e à professora Solange Marin por causa do empenho em me orientar para esta monografia.

“Se alguém julga saber alguma coisa, com efeito, não aprendeu ainda como convém saber.”

(Paulo de Tarso)

RESUMO

A partir da revisão de literatura sobre a pobreza, e da contextualização da formação natural, social e econômica da Amazônia, este trabalho visa analisar o comportamento das dimensões de pobreza multidimensional na população da Amazônia Legal. Esta noção de pobreza se difere da tradicional, em que a renda é o único aspecto avaliado, pois leva em consideração as múltiplas dimensões que afetam a vida dos indivíduos – podendo ser expressadas, por exemplo, como as consideradas por este trabalho, pela saúde, educação, renda e condições habitacionais, sanitárias e ambientais (sendo esta última um dos diferenciais deste estudo). Com base na melhoria dos dados de anos recentes (de 2000 a 2015) dessas múltiplas dimensões, e dos seus respectivos indicadores, sugere-se que a pobreza multidimensional diminuiu na população amazônica.

Palavras-chave: Pobreza Multidimensional. Amazônia Legal. Dimensões de pobreza.

ABSTRACT

From the literature review on poverty, and the contextualization of the natural, social and economic formation of the Amazon, this work aims to analyze the behavior of multidimensional poverty dimensions in the population of the Legal Amazon. This notion of poverty differs from the traditional one, in which income is the only aspect assessed, as it takes into account the multiple dimensions that affect individuals' lives – which can be expressed, for example, as considered in this work by health, education, income housing, sanitary and environmental conditions (the latter is one of the differentials of this study). Based on the improvement of data from recent years (200 – 2015) of these multiple dimensions, and their respective indicators, it is suggested that multidimensional poverty has decreased in the Amazon population.

Keywords: Multidimensional Poverty. Legal Amazon. Poverty Dimensions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Biomas brasileiros.....	32
Figura 2 - Amazônia Legal.....	33
Figura 3 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita nos estados da Amazônia Legal, 2012 a 2017.....	38
Figura 4 – Comportamento da taxa de desemprego (%) para os estados da Amazônia Legal entre 2001 e 2014.	49
Figura 5- Focos de calor na Amazônia Legal (unidades).....	52
Figura 6 - Desflorestamento bruto anual na Amazônia Legal (em quilômetros quadrados)....	53

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Dimensões e Indicadores selecionados.	41
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese de pesquisas sobre a pobreza aplicadas a diferentes populações: dimensões analisadas, métodos utilizados e resultados obtidos.	27
Tabela 2 – Produto Interno Bruto a preços constantes (em Mil Reais e ano base de 2017) e Participação da Amazônia Legal no PIB brasileiro.	34
Tabela 3 – Evolução do rebanho bovino (por cabeça em milhares) na Amazônia Legal e sua participação no efetivo total brasileiro.	35
Tabela 4 - PIB per capita a preços constantes (ano base de 2017).	36
Tabela 5 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2012 a 2017.	37
Tabela 6 - IDH-M da Amazônia Legal e Brasil, 1991 a 2017.	39
Tabela 7 – Percentual de pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas nos estados da Amazônia Legal.	42
Tabela 8 – Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por anos de estudo nos estados da Amazônia Legal.	42
Tabela 9 – Percentual de domicílios com canalização interna de água provenientes da rede geral nos estados da Amazônia Legal.	44
Tabela 10 – Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (ligados ao sistema da rede coletora geral) nos estados da Amazônia Legal.	44
Tabela 11 - Percentual de domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora nos estados da Amazônia Legal.	45
Tabela 12 – Percentual de domicílios que possuem o item domiciliar geladeira nos estados da Amazônia Legal.	46
Tabela 13 - Taxa de mortalidade infantil (%) nos estados da Amazônia Legal.	46
Tabela 14 – Proporção de mulheres de 15 a 19 anos com filhos nos estados da Amazônia Legal.	47
Tabela 15 – Proporção dos domicílios com rendimento médio mensal (%), por classes de salário mínimo nos estados da Amazônia Legal.	48
Tabela 16 – Taxa de desemprego (%) nos estados da Amazônia Legal.	49
Tabela 17 – Percentual de domicílios com acesso à coleta de lixo nos estados da Amazônia Legal.	51
Tabela 18 - Número de focos de calor na Amazônia Legal (em unidades).	51
Tabela 19 - Desflorestamento bruto anual na Amazônia Legal (em quilômetros quadrados).	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDF – Índice de Desenvolvimento da Família

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IDS – Indicadores de Desenvolvimento Sustentável

IFP – Índice Fuzzy de Pobreza

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPM – Índice de Pobreza Multidimensional

MMA – Ministério do Meio Ambiente

MME – Ministério de Minas e Energia

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SUDAM – Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
1.1	OBJETIVOS	17
1.1.1	Objetivo Geral.....	17
1.1.2	Objetivos Específicos	18
1.1.3	Metodologia	18
2	REVISÃO DE LITERATURA	20
2.1	PRINCIPAIS ENFOQUES SOBRE POBREZA.....	20
2.2	REVISÃO DE LITERATURA EMPÍRICA SOBRE A POBREZA	26
3	A POBREZA NA AMAZÔNIA.....	31
3.1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS	31
3.2	ASPECTOS ECONÔMICOS REGIONAIS	34
3.3	SELEÇÃO E ANÁLISE DAS DIMENSÕES DE POBREZA	40
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	55
	REFERÊNCIAS.....	57

1 INTRODUÇÃO

A região amazônica, que possui a maior floresta tropical do planeta, é marcada pela sua grande diversidade biológica, étnica e sociocultural. Por seus diversos atributos, e por indagações sobre os rumos de um sistema produtivo insustentável ambientalmente em uma sociedade desigual a nível global, a região vem ganhando crescente destaque no cenário mundial (ARAGÓN, 2015), o que estimula o interesse de pesquisadores em conhecer melhor e mais profundamente este espaço da América do Sul.

Em razão das várias potencialidades encontradas na Amazônia, seja do ponto de vista da exploração “convencional” dos seus recursos (materializados, por exemplo, nas atividades devastadoras da extração predatória de madeira e da pecuária extensiva), seja do ponto de vista da conservação da biodiversidade, do sequestro de carbono, da proteção das bacias hidrográficas e exploração das belezas naturais¹ (ABRAMOVAY, 2010), a região amazônica é sempre uma grande promessa de superação de problemas econômicos e sociais para os países que a englobam. É importante salientar que “para os diferentes níveis de produtores [...] a natureza é a base para obter riqueza e melhores condições de vida, assim como para a sociedade brasileira, em geral” (BECKER, 2014, p. 399). Porém a riqueza natural da Amazônia brasileira parece não se traduzir em riqueza para a sua população, que possuía no ano de 2014 aproximadamente 1.954.000 pessoas vivendo em situação de extrema pobreza² e uma taxa média de pobreza³ superior a 20% da população (IPEA, 2020).

O problema da pobreza é complexo, antigo e persistente, obviamente, não afeta de maneira exclusiva a população amazônica, mas diversos povos, talvez desde os primeiros ajuntamentos humanos. A noção de desenvolvimento sustentável vem ao encontro tanto das questões das potencialidades amazônicas como também da pobreza, pois versa sobre o desenvolvimento em que o bem-estar presente e futuro não declinam com o passar do tempo, significando bem-estar social sustentado (DASGUPTA, 2007); ou ainda pode ser entendido como o “processo de ampliação permanente das liberdades substantivas dos indivíduos em

¹ Embora, vale destacar, ainda não exista uma estratégia/atividade de desenvolvimento sustentável que obtenha um êxito econômico muito generalizado entre os agentes da região. Aqui, neste ponto de vista, reside um grande desafio (ABRAMOVAY, 2010).

² A linha de extrema pobreza aqui considerada é uma estimativa do valor de uma cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base em recomendações da FAO e da OMS (IPEA, 2020).

³ A linha de pobreza aqui considerada é o dobro da linha de extrema pobreza e baseada em necessidades calóricas (IPEA, 2020).

condições que estimulem a manutenção e a regeneração dos serviços prestados pelos ecossistemas às sociedades humanas” (ABRAMOVAY, 2010, P. 97)⁴. Tamanha é a importância dessa concepção que a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou, a partir de 2015, a chamada Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, a qual estipula dezessete objetivos a serem alcançados por todo o mundo até o ano de 2030, sendo a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões o objetivo número um (PNUD, 2016).

Entretanto, antes de propor soluções que eliminem a pobreza, deve-se entender mais a fundo a própria - ou as próprias - ideia (as) de pobreza. Na tentativa de compreender esse fenômeno, governos e estudiosos ao longo dos últimos séculos têm se dedicado sobre o tema e essas discussões geraram diversas abordagens na tentativa de se apreender as causas e as características do fenômeno, bem como formas mais apropriadas de mensurá-lo. Apesar dos esforços e do longo período de análise, não existe uma abordagem que seja considerada consensual.

As primeiras linhas explicativas tratavam o assunto por uma única dimensão, nas quais a renda é a variável que melhor consegue capturar a essência da pobreza. Estas são consideradas como abordagem unidimensional, possuem ainda ampla utilização e são mais conhecidas pelas linhas de pobreza e extrema pobreza. Entretanto, entender o fenômeno sob a luz de apenas uma dimensão pode ser uma simplificação extrema de um problema muito complexo. A pobreza pode ser tanto falta de renda, como ausência de saneamento básico, carências na educação, inexistência de segurança pública e institucional, até questões mais profundas como a impossibilidade de se sentir realizado.

Novos enfoques surgem e buscam entender a questão na sua multidimensionalidade, não desconsiderando a renda, mas ampliando as variáveis e elementos de análise. Embora não haja um consenso, estas abordagens passaram a ter maior relevância no cenário de estudo do assunto e são adotadas por vários países e organizações internacionais, tendo destaque: a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen (SEN, 2000), que contempla aspectos de justiça social, liberdades, realizações pessoais etc; e o método Alkire-Foster (ALKIRE; FOSTER, 2008), uma metodologia de mensuração da pobreza com base na abordagem seniana, a qual dá base para a elaboração do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) das Nações Unidas.

A pobreza a partir da ótica multidimensional, ao examinar características consideradas relevantes para os indivíduos e suas respectivas comunidades, pode gerar uma melhor orientação das políticas públicas (FAHEL; TELES; CAMINHAS, 2016). As dimensões de

⁴ Para mais informações sobre as liberdades substantivas, ver SEN (2000).

manifestação da pobreza só serão úteis se capturarem bem essas características que os indivíduos (especialmente enquanto comunidades) valorizam. Pensando a aplicação dessas ideias à realidade da população amazônica, pode-se dizer que há limitações no poder de generalização sobre uma Amazônia homogênea, haja vista as diferenças entre as suas sub-regiões, ainda assim é verdade que há também grande convergência entre elas (CASTRO; CAMPOS, 2015), de modo que parece ser possível generalizar, ainda que com muitas ressalvas, o que a comunidade amazônica valorizaria.

Muito das pesquisas sobre o desenvolvimento e pobreza na Amazônia brasileira se concentra no estudo da chamada Amazônia Legal. A Amazônia Legal, enquanto divisão sociopolítica criada pelo Governo Federal para o planejamento e promoção do desenvolvimento socioeconômico dos estados que compõem a região amazônica (O ECO, 2014), justamente pelo seu conceito e finalidade, receberá o foco da análise neste trabalho. Os estudos que abordam a pobreza na região, muitas vezes fazem isso de forma unidimensional, e quando a análise é realizada de maneira multidimensional - como a presente em Sousa, Santos e Sousa (2016) - a discussão sobre a escolha das dimensões de pobreza é pouco aprofundada.

Diante do exposto, e buscando enfatizar o processo de seleção das dimensões de pobreza, o problema central que norteia este trabalho é: como as múltiplas dimensões de pobreza se comportaram nos estados da Amazônia Legal entre os anos 2000 e 2015?

1.1 OBJETIVOS

Os objetivos deste trabalho podem ser divididos em geral e específicos.

1.1.1 Objetivo Geral

Analisar o comportamento das dimensões de pobreza multidimensional na população da Amazônia Legal.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Discutir a fundamentação teórico-econômica das abordagens uni e multidimensionais sobre pobreza.
- b) Revisar a literatura empírica da pobreza multidimensional aplicada a diferentes populações.
- c) Caracterizar e contextualizar a Amazônia Legal e sua população por meio de uma descrição e apresentação de dados regionais.
- d) Analisar dimensões de pobreza nos estados que compõem a Amazônia Legal.

1.1.3 Metodologia

O processo de pesquisa e investigação científicas depende de um agrupamento de técnicas, procedimentos e operações sistemáticas e formais a fim de se atingir objetivos. O conjunto desses fatores é entendido por método científico (PRODANOV; FREITAS, 2013). Por isso, o presente trabalho pretende fazer uso desse método e procura: 1) ser dedutivo, pois o método dedutivo parte de uma análise de problema geral (no caso deste trabalho é a pobreza) para um caso específico (pobreza multidimensional na Amazônia) (PRODANOV; FREITAS, 2013); 2) ser descritivo. Segundo Prodanov e Freitas (2013), a pesquisa descritiva expõe características de uma população ou um fenômeno. Dessa forma, este trabalho pretende expor as características da pobreza na população amazônica; 3) pautar-se em pesquisas bibliográficas e documentais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica em livros, artigos científicos, relatórios e dados governamentais sobre os temas de pobreza e desenvolvimento, buscando estudos teóricos, empíricos e o levantamento de dados secundários encontrados no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil; 4) e ser aplicado, uma vez que esta classificação diz respeito às pesquisas que tratam da produção de conhecimento prático (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Além da Introdução - que procurou apresentar até aqui o tema, problema e objetivos da pesquisa, e que com esta Metodologia busca definir estratégias e expor a limitação e organização da pesquisa e estabelecer os vários passos e procedimentos que foram realizados para que se alcançasse os objetivos propostos - o presente trabalho envolve outros três capítulos.

Desses três, o primeiro capítulo se destina à apresentação da revisão de literatura sobre a pobreza. Nele será mostrado primeiramente um quadro geral da evolução do que se entende por pobreza e o conceito dos principais enfoques sobre o fenômeno. A exposição da literatura do assunto foi feita por meio de livros, artigos e revistas científicos, a qual visa examinar a fundamentação teórica desde a abordagem unidimensional até as correntes multidimensionais e que dará sustentação para as próximas discussões do trabalho. Posteriormente, no mesmo capítulo, introduzidas as bases teóricas da pesquisa, revisou-se alguns trabalhos sobre a pobreza empregados a diferentes populações. Embora os trabalhos revisados tenham feito uso de um ou outro método que aplica e interpreta um índice de pobreza, algo que foge ao escopo desta monografia, a revisão dessas referências será útil no sentido de trazer evidências empíricas à análise da pobreza multidimensional e auxiliará na posterior seleção das dimensões e indicadores de pobreza aplicados à população amazônica do capítulo segundo.

O segundo capítulo trata da pobreza com a ótica multidimensional na Amazônia Legal. Este tópico se divide primeiro pela apresentação do pano de fundo amazônico, a sua formação natural, social e econômica, além da apresentação de alguns dados socioeconômicos regionais, pois se entende que para se conhecer melhor as situações de privações de uma determinada população, deve-se ter conhecimento de que forma essa população é caracterizada e em que contexto vive; posteriormente ocorre a seleção, apresentação e interpretação das dimensões e seus respectivos indicadores de pobreza. A coleta de dados será feita principalmente por meio do IBGE/PNAD e IPEA. A análise será realizada através de tabelas e figuras com o auxílio de planilhas eletrônicas, livros, artigos e relatórios governamentais. As unidades de análise serão majoritariamente as Unidades Federativas da região amazônica por causa da ampla disponibilidade de dados presentes para esta categoria; as estatísticas para a Amazônia Legal também serão apresentadas caso estejam disponíveis nos canais consultados. O período de tempo avaliado compreende os anos 2000 e 2015, pois há uma grande disponibilidade de dados neste intervalo para todas as dimensões selecionadas, permitindo que se faça uma análise mais homogênea, e também, dessa forma, o espaço de tempo se caracteriza por ser nem muito longo e nem muito curto. A defasagem dos dados traz certas limitações para uma análise mais atual dos fatos, haja vista os períodos de recessão e de baixo crescimento econômico no período de 2015 em diante.

Por último, o terceiro capítulo se destina a recapitular alguns resultados obtidos e a apresentar a conclusão do trabalho.

2 REVISÃO DE LITERATURA

Este capítulo se subdivide em duas partes: a primeira parte se concentrará na revisão da literatura teórica sobre a pobreza, apresentando a evolução e conceituação das principais abordagens do fenômeno; a segunda parte se destina a revisar um pouco da literatura empírica do assunto aplicada ao contexto brasileiro, focando sobretudo nas dimensões e indicadores utilizados nos trabalhos selecionados.

2.1 PRINCIPAIS ENFOQUES SOBRE POBREZA

Conceituar a pobreza é uma tarefa difícil e, dependendo da abordagem, muito pouco consensual. A explicação desse fenômeno pode ser feita de várias formas e assim o tem sido ao longo dos últimos séculos, ainda que em todas se observe a característica de privação de algo como um dos elementos centrais, as explicações diferem na forma como são concebidas e/ou desenvolvidas. Conforme destacam Crespo e Gurovitz (2002), a conceituação do assunto pode incorporar desde algum juízo de valor (em maior ou menor grau), enfoques absolutos ou relativos, perspectivas econômicas e até não-econômicas, sendo estes abordados de maneira inseparáveis ou não da estrutura sócio-política da sociedade.

Como a pobreza é algo que se fez presente ainda no início dos ajuntamentos humanos, sempre foi objeto de diversos estudos e interpretações. À medida que as sociedades foram se transformando, alterava-se também o entendimento e a forma de retratar as situações de privação dos indivíduos.

O estabelecimento das *Poor Laws* entre os séculos XVI e XVII, durante o reinado da rainha Elizabeth I, foi um dos marcos de primeiros estudos e combate à pobreza. A lei buscava prover trabalho aos indigentes considerados válidos e subsidiar monetariamente as crianças e os inválidos. Com a política estabelecida na Inglaterra, outros países começaram a adotar postura similar aos ingleses, com alguns divergindo sobre as causas e a natureza da temática. Mesmo com divergências e explicações inconclusivas, algo comum a muitas análises era a transferência da culpa da pobreza para o pobre; ou seja, o pobre era responsável pela sua situação de privação. Com a Revolução Industrial o problema da pobreza, que assolava com extrema severidade cidades europeias de forma sem precedentes, passou a ser objeto de investigação científica de pesquisadores e governos (CODES, 2008; GUIMARÃES, 2016).

O tema ganha novos contornos e ainda mais relevância em decorrência do não acompanhamento de melhorias sociais no mesmo nível do crescimento econômico em vários países (tanto em desenvolvidos como nos subdesenvolvidos) durante o século XX (ROCHA, 2006). É neste século que muitos países passam a ser considerados em desenvolvimento, colônias se tornam independentes e nestes locais se observa um grande número de pessoas em situação de penúria. Já os países considerados desenvolvidos, apesar dos esforços e melhorias implementadas com as políticas do pós-guerra, via o seu modelo econômico chegando a um limite nos anos 1970, provocado pela crise do fordismo, exaustão do Estado de bem-estar social, questionamentos das políticas keynesianas etc. O mundo passa então por uma remodelação social, política e econômica. Nesse contexto, os governantes, cientistas e organizações internacionais se empenharam para entender melhor o fenômeno da pobreza e buscaram uma compreensão mais universal sobre o assunto que pudesse ser compartilhada e aplicada às diferentes sociedades, o que rompia com ações tomadas no passado, as quais davam margem para conceituações, interpretações, metodologias, mensurações e estratégias muito distintas entre cada local de manifestação da pobreza (CODES, 2008).

Como se pode notar, de tempos em tempos surgiram diversas análises do problema que se dedicavam a compreender as suas causas e a natureza da pobreza. De todas, quatro abordagens podem ser consideradas as principais: subsistência, necessidades básicas, privação relativa e abordagem das capacitações (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017).

A abordagem da subsistência (ou sobrevivência) estabelece que a pessoa pobre é aquela que por meio da renda monetária não consegue satisfazer suas necessidades alimentícias para a conservação física, limitando-se ao desprovimento físico (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017). As bases desta visão remontam ao período das *Poor Laws*, época em que estudiosos ingleses associaram o baixo consumo de alimentos, como pão, à falta de renda do indivíduo, tornando-o incapaz de suprir suas necessidades físicas. Em um primeiro momento, a ideia da subsistência prevaleceu do século XIX até a década 1950, posteriormente influenciou sobremaneira diversas nações com programas e políticas nacionais de bem-estar, organizações internacionais e métodos de mensuração da pobreza (como a linha de indigência) durante a reconstrução do pós-guerra (CRESPO; GUROVITZ, 2002; CODES, 2008).

Ainda que a ideia unidimensional de pobreza baseada na renda seja relevante e esteja presente nos debates sobre o tema, retratar o fenômeno por uma única via corre o risco de simplificar em demasia ou maquiagem um assunto complexo. Para além da falta de renda, a

carência educacional, institucional (de segurança pública e jurídica), de saneamento básico, de assistência médica, entre outros, também são características da pobreza. Nesta perspectiva de várias carências, e de dúvidas da capacidade explicativa de uma abordagem de dimensão única, a investigação multidimensional da questão surge (SILVA, 2018).

A partir deste contexto de múltiplas dimensões, a abordagem das necessidades básicas é desenvolvida entre as décadas de 1950 e 1970 com o intuito de trazer um novo olhar para a pobreza e incorporar mais elementos à sua análise. Este enfoque procura estabelecer e averiguar uma série de atributos mínimos, como saúde, educação e cultura, para que uma pessoa seja considerada pobre ou não. E conforme salienta Rocha (2006, p.20), esta corrente se opõe à da subsistência:

Primeiro, porque abandona a renda como indicador-chave [...] pelo interesse em adotar parâmetros que reflitam resultados efetivos em termos de qualidade de vida, e não em termos de insumos ou instrumentos. [...] Em segundo lugar, [...] por estabelecer objetivos e medir resultados para a sociedade como um todo, não delimitando uma subpopulação pobre preferencialmente. [...] Em terceiro lugar, contrariamente à abordagem da renda, a ótica das *basic needs* dá ênfase ao caráter multidimensional da pobreza e ao reconhecimento da inter-relação entre as diversas carências.

Nesse período, as necessidades básicas ganham maior relevância. O desenvolvimento social talvez seja melhor alcançado, não tanto por meio do crescimento econômico puro e simples (renda), mas pelo atendimento dessas necessidades básicas (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017). Organizações internacionais, como a ONU, passaram a aceitar este enfoque (CRESPO; GUROVITZ, 2002).

Já a partir da década de 1980 os cientistas sociais elaboram o conceito de pobreza relativa, uma nova e mais ampla abordagem sobre a pobreza. Por meio desta, a condição de ser pobre é estabelecida com base na dinâmica da sociedade analisada, no seu padrão de vida e contexto social. Comparando duas ou mais pessoas, uma será considerada pobre se possuir menos de uma determinada característica desejada em relação ao resto da sociedade (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Ou seja, a essência da pobreza relativa está na comparação. Segundo Codes (2008, p. 16):

Mais precisamente, dentro da concepção de privação relativa, as pessoas pobres são aquelas que não podem obter, de todo ou suficientemente, recursos e condições de vida (alimentação adequada, conforto e serviços) que lhes permitam desempenhar papéis, participar de relacionamentos e seguir o comportamento que lhes é esperado enquanto membros da sociedade.

Esta é considerada mais abrangente não somente por incluir mais indicadores e variáveis à análise, como fez a abordagem das necessidades básicas em relação à da

subsistência, mas também por entender que as carências, e a própria renda, mudam entre povos e tempos distintos (TOWNSEND, 1993 apud CODES, 2008)⁵. E também porque a pobreza passa a compreender “não uma determinada renda, mas um ‘estilo de vida’ dentro de dada sociedade” (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017, p. 267).

Entretanto, apesar da expansão da análise teórica, a sua aplicação prática possui alguns entraves como a complexidade de definir a extensão e a severidade da não participação dos indivíduos que sofrem com carência de recursos em uma determinada sociedade, além de o seu conceito estar muito relacionado à ideia de desigualdade, o que pode produzir ambiguidade entre o que é pobreza e o que é desigualdade, uma vez que um não é sinônimo do outro (CRESPO; GUROVITZ, 2002; VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017).

Cabe aqui fazer uma distinção entre as visões de pobreza absoluta e relativa. Se por um lado a noção relativa mede as privações ao fazer comparações entre os indivíduos de um mesmo meio e não define uma medida mínima de subsistência; por outro, a absoluta obrigatoriamente estabelece um critério mínimo e determina o percentual da população que vive abaixo desse critério, independente se as pessoas vivem ou não de maneira mais igualitária, sendo avaliado geralmente pela renda (por exemplo, pode-se citar a linha de pobreza) e é caracterizada por ser de fácil identificação (SILVA, 2018).

Por último, a abordagem das capacitações do economista Amartya Sen representa um progresso nos estudos sobre a pobreza porque eleva o entendimento da natureza e causas do fenômeno ao dar maior atenção para o que as pessoas buscam enquanto fins (as liberdades que as tornam capazes de alcançar objetivos) e menor atenção para os meios, geralmente representados pela renda (SEN, 2000). Para desenvolver as suas ideias, o autor elabora três termos centrais: capacitação, funcionamentos e intitamentos.

Os funcionamentos podem ser entendidos como as diversas coisas que as pessoas valorizam em fazer ou ser, podendo representar algo como estar saudável ou até mesmo conquistas como ter o respeito de uma comunidade. Os intitamentos, por sua vez, referem-se aos meios para se alcançar os funcionamentos. Ligado a esses dois conceitos está a capacitação, que representa as combinações alternativas de funcionamento que uma pessoa pode realizar e é entendida como uma espécie de liberdade - a liberdade substantiva - com a qual os indivíduos escolhem diferentes estilos de vida. Neste sentido, a pobreza seria a privação das capacitações básicas (SEN, 2000; VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017).

⁵ TOWNSEND, P. *The International Analysis of Poverty*. Hertfordshire: Harvester Wheatsheaf, 1993.

As capacitações que os indivíduos possuem, as suas liberdades substantivas, ao assumirem a forma do estilo de vida que estes mesmos indivíduos desejam, são consideradas a melhor forma de se julgar, avaliar, as vantagens individuais (SEN, 2000).

Esta abordagem não elimina o aspecto da renda na avaliação da pobreza, a carência monetária também faz parte de um quadro geral das penúrias. Uma renda mais baixa pode ser a causa primeira das privações nas capacidades dos indivíduos (CRESPO; GUROVITZ, 2002). A falta de renda pode fazer com que uma pessoa não consiga comprar remédios para o tratamento de uma doença grave, o que diminuiria o seu conjunto de capacitações. Restrições orçamentárias impossibilitam que as pessoas tenham acesso aos bens e serviços que desejam e valorizam.

Algumas condições como estar severamente doente, ou ter idade muito avançada, podem fazer com que uma pessoa tenha menos condições de obter renda, e por conseguinte, transformar renda em capacidade. Esta pessoa mais incapacitada teria que despende um volume maior de dinheiro com serviços médicos para garantir um mesmo nível de funcionamento que uma pessoa saudável ou mais jovem de mesmo nível de renda, por exemplo (CRESPO; GUROVITZ, 2002). A ilustração demonstra como a pobreza pode ser mais forte mesmo entre indivíduos de mesma renda.

Ao transferir a atenção dos meios (renda) para os fins (liberdades), o desenvolvimento exige:

A remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas, bem como privação social sistemática, negligência de serviços públicos, assim como intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. (SEN, 2000, p. 3, tradução do autor)⁶.

Como o objeto central deste desenvolvimento é a expansão das liberdades e vários são os tipos de liberdades existentes,

A condição de agente livre e sustentável emerge como um pilar fundamental do desenvolvimento. [...] As diferentes formas de liberdade relacionam-se entre si fortalecendo umas às outras. Liberdades políticas (na forma de liberdade de expressão e eleições livres) ajudam a promover a segurança econômica. Oportunidades sociais (na forma de serviços de educação e saúde) facilitam a participação econômica. Facilidades econômicas (na forma de oportunidades de participação no comércio e na produção) podem ajudar a gerar renda individual, além de recursos públicos para os serviços sociais. O processo de desenvolvimento centrado na liberdade é em grande medida uma visão orientada para o agente. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente arquitetar o seu próprio destino (CRESPO; GUROVITZ, 2002, p. 7).

⁶ The removal of major sources of unfreedom: poverty as well as tyranny, poor economic opportunities as well as systematic social deprivation, neglect of public facilities as well as intolerance or overactivity of repressive states (SEN, 2000, p. 3).

Na evolução do pensamento sobre a pobreza, a explicação do fenômeno unicamente pela renda não é desprezível, mas se revelou incompleta, limitada. O problema é melhor abarcado pelo arcabouço multidimensional, pois este amplia os elementos, as variáveis e os horizontes na análise das privações humanas.

2.2 REVISÃO DE LITERATURA EMPÍRICA SOBRE A POBREZA

Indiferentemente da forma como é feita a análise da pobreza multidimensional, da metodologia e método utilizados, ou do indicador instituído, uma etapa comum e fundamental à qualquer pesquisa dessa natureza é a seleção de dimensões que reflitam e capturem da melhor maneira possível aquilo que as pessoas desejam e valorizam. Por isso mesmo, este subcapítulo dará maior atenção ao processo de seleção e análise das dimensões de pobreza presentes em algumas literaturas empíricas do assunto aplicadas ao contexto brasileiro. Sobre o exercício de seleção, Alkire (2008, p. 1, tradução do autor)⁷ elenca

Cinco processos por meio dos quais as dimensões são regularmente selecionadas. [...] Os cinco processos são: 1. Usar dados existentes; 2. Fazer suposições - talvez com base em uma teoria; 3. Baseie-se em uma lista existente que foi gerada por consenso; 4. Use um processo participativo deliberativo permanente; e 5) Proponha dimensões com base em estudos empíricos sobre o que as pessoas valorizam e/ ou sobre os comportamentos delas.

Embora o método descrito por Alkire (2008) possa ser de grande valia, também não há um consenso para a escolha das dimensões. No esforço de se entender melhor esta importante etapa da pesquisa, e para que se evite escolhas arbitrárias, a tabela 1 sintetiza as dimensões escolhidas em alguns trabalhos sobre pobreza multidimensional aplicados a diferentes populações em diversas abrangências do Brasil, além de pontos-chaves de cada trabalho.

Fahel, Teles e Caminhas (2016) conduziram um estudo sobre a pobreza multidimensional para o Brasil e selecionaram a educação, padrão de vida e saúde como as dimensões de manifestação de pobreza. Para representar cada uma dessas dimensões, eles escolheram nove indicadores tais como: anos de escolaridade, mortalidade infantil e saneamento básico. Usando essas dimensões e indicadores, os autores mensuraram a pobreza por meio da modelagem do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM). O IPM global foi inaugurado no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2010 (PNUD, 2010) e se fundamenta tanto na Abordagem das Capacitações como no método Alkire-Foster (A-F). O método A-F, que também se inspira na abordagem seniana, é dividido em doze passos que abordam questões relativas: à seleção de indicadores pertinentes à população; à definição de linhas de cortes (métricas objetivas para definir se um indivíduo é pobre ou não); ao cálculo da proporção de

⁷ Five processes by which dimensions are regularly selected [...] The five processes are: 1. Use existing data; 2. Make assumptions - perhaps based on a theory; 3. Draw on an existing list that was generated by consensus; 4. Use an ongoing deliberative participatory process; and 5) Propose dimensions based on empirical studies of people's values and/ or behaviors Alkire (2008, p. 1)

peças consideradas multidimensionalmente pobres; à intensidade dessa pobreza; e à decomposição do índice (ALKIRE; FOSTER, 2008).

Tabela 1 – Síntese de pesquisas sobre a pobreza aplicadas a diferentes populações: dimensões analisadas, métodos utilizados e resultados obtidos.

Autores	População	Dimensões	Método	Percentual de pessoas multidimensionalmente pobres (resultado)
Fahel, Teles e Caminhas (2016) *	Brasil	Educação Padrão de Vida Saúde	Alkire-Foster	5%
Ottonelli (2013)	Nordeste	Educação Condições de habitação Renda Saúde	Conjuntos Fuzzy	**
Silva, Sousa, Araujo (2017) *	Norte	Água e Alimentos Educação Condições da Moradia Saúde Comunicação e Informação Trabalho e Demografia	Metodologia com base em Bourguignon e Chakravarty (2003)	25,79%
Vieira, Kuhn e Marin (2017) ***	Rio Grande do Sul	Educação Condições Domiciliares Saúde e Condições Sanitárias Renda e Trabalho	Alkire-Foster	14,71%
Sousa, Santos e Sousa (2016)	Amazônia Legal	As seis dimensões do Índice de Desenvolvimento da Família	Metodologia do Índice de Desenvolvimento da Família	**

Fonte: Elaborado pelo autor.

Notas:

* Resultado obtido para o ano de 2013.

** O estudo não analisou o percentual de pessoas consideradas multidimensionalmente pobres.

*** Resultado obtido para o ano de 2010.

As dimensões e indicadores selecionados por Fahel, Teles e Caminhas (2016) são baseados (e são os mesmos encontradas) no IPM global, seguindo a metodologia presente em Alkire e Foster (2011a, 2011b)⁸. Sobre a escolha dos indicadores e dimensões do IPM global, pode-se dizer que “foram selecionados após um minucioso processo de consulta envolvendo especialistas em todas as três dimensões [...] as escolhas ideais de indicadores tiveram que ser conciliadas [...] em termos de disponibilidade de dados e comparação entre países” (SANTOS; ALKIRE, 2011, p. 5, tradução do autor)⁹.

Os dados utilizados foram os da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) para os anos de 2002, 2007, 2012 e 2013. Por fim, o estudo concluiu que houve uma redução na pobreza multidimensional no Brasil nos anos analisados, a proporção de indivíduos multidimensionalmente pobres que era de 16% em 2002 caiu para 5% em 2013.

Ottonelli (2013) direcionou o seu trabalho ao estudo da pobreza na região Nordeste do Brasil. As dimensões escolhidas foram educação, condições de habitação, renda e saúde, sendo o percentual de pessoas de 5 a 14 anos não alfabetizadas, a mortalidade infantil (até 1 ano de idade), o percentual de domicílios com acesso à energia elétrica e o valor do rendimento nominal médio mensal dos domicílios alguns dos indicadores selecionados para retratar cada uma das dimensões.

A definição das dimensões foi feita seguindo os cinco processos propostos por Alkire (2008). Para essa seleção, a autora se adequou aos dados disponíveis no Censo Demográfico de 2010, fez suposições com base na abordagem das capacitações, baseou-se e apresentou uma lista de dimensões e indicadores propostos em alguns trabalhos empíricos sobre a pobreza multidimensional. Como último processo propôs as dimensões: 1) educação - pois com esta as pessoas são capazes, entre outras coisas, de desempenhar melhores papéis na comunidade onde vivem; 2) saúde - já que vários aspectos dessa dimensão são condições necessárias e essenciais ao desenvolvimento; 3) condições habitacionais - buscando verificar condições mínimas de habitação; 4) renda - porque é responsável por se atingir funcionamentos valiosos (no sentido seniano da palavra “funcionamento”).

⁸ Para mais detalhes, ver ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. *Journal of Public Economics*, 95 (7-8): 476-487, 2011a. E ALKIRE, S.; FOSTER, J. Understandings and misunderstandings of multidimensional poverty measurement. Working Paper, n. 43, Universidade de Oxford/Human Development Initiative (OPHI), 2011b.

⁹ “[...] were selected after a thorough consultation process involving experts in all the three dimensions [...] the ideal choices of indicators had to be reconciled [...] in terms of data availability and cross-country comparison” (SANTOS; ALKIRE, 2011, p. 5).

A autora abordou o problema por meio do Índice *Fuzzy* de Pobreza (IFP) - que é elaborado com base na Teoria dos Conjuntos *Fuzzy*, este é um outro método de se operacionalizar o enfoque das Capacitações ao calcular índices relativos para cada unidade de análise, além de poder atribuir/considerar diferentes pesos para cada indicador. A aplicação do IFP foi realizada de maneira a expor a incidência de pobreza nas 1794 cidades da região e o seus dados foram extraídos do Censo Demográfico de 2010.

Um das pesquisas dessa natureza aplicadas à região Norte do país, que integra boa parte da Amazônia Legal, pode ser encontrada em Silva, Sousa e Araujo (2017). Nela, os autores fizeram uso de uma metodologia específica presente em Bourguignon e Chakravarty (2003)¹⁰ para mensurar os níveis de pobreza da região dentro de uma perspectiva multidimensional. Os indicadores água na moradia, Internet, ensino médio completo, iluminação, esgotamento sanitário e razão de dependência por domicílio foram uns dos selecionados para compor as dimensões do estudo (conforme expostas na tabela 1).

Essas dimensões foram escolhidas tendo por base a revisão da literatura acerca da pobreza. Como diferencial do trabalho, pode-se citar a inclusão das prerrogativas inseridas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) na dimensão educação, que estabelece um período de anos de estudos mínimos para cada faixa etária.

Os dados dos indicadores foram retirados da PNAD para os anos de 2006 a 2013, exceto para o ano de 2010. A justificativa para o período analisado é a de que o ano de 2013 marcou o primeiro crescimento da miséria em um intervalo de dez anos. Como resultado, o estudo apontou que houve redução da pobreza entre 2006 (30,71% de pobres) e 2013 (25,79%).

Vieira, Kuhn e Marin (2017) analisaram a situação da pobreza no estado do Rio Grande do Sul. As autoras, pautadas no método Alkire-Foster e na abordagem de Amartya Sen, e a partir dos microdados obtidos nos Censos Demográficos dos anos 2000 e 2010, estabeleceram doze indicadores divididos entre quatro dimensões, além de definirem linhas de corte para cada indicador (condição para considerar um indivíduo pobre no respectivo indicador), com o objetivo de quantificar a evolução das privações da população gaúcha entre 2000 e 2010.

As dimensões selecionados foram: 1) educação - por causa da influência na liberdade substantiva dos indivíduos; 2) condições domiciliares e 3) saúde e condições sanitárias - todas essas duas dimensões são elegíveis por proporcionarem às pessoas maior qualidade de vida; 4)

¹⁰ Ver BOURGUIGNON, François; CHAKRAVARTY, Satya. The measurement of multidimensional poverty. *The Journal of Economic Inequality*, v. 1, p. 25-49, 2003.

renda e trabalho - são relevantes, pois o nível dos ganhos monetários condicionam muito das coisas que os indivíduos podem valorizar. A seleção ocorreu por meio da revisão bibliográfica de estudos sobre pobreza multidimensional aplicados ao Brasil, Minas Gerais, Nordeste, Ceará, Rio Grande do Sul e Regiões Metropolitanas Brasileiras, além da revisão de literatura específica sobre o tema.

Com a comparação de dez anos de dados, observou-se queda na pobreza de modo geral no estado. Além da incidência de pobreza, que correspondia a 24,17% da população em 2000 e que chegou a 14,71% em 2010, a intensidade da pobreza foi reduzida de 0,4171 para 0,3767, ou seja as pessoas pobres passaram a ser privadas em média em 37,67% dos indicadores, e o IPM da região se reduziu de 0,1071 para 0,0554 (quanto mais próximo de zero, melhor é a situação das pessoas).

Por último, Sousa, Santos e Sousa (2016) tratam da pobreza multidimensional na Amazônia Legal. O trabalho desses autores procurou descrever o perfil socioeconômico e analisar o nível de desenvolvimento dos municípios da Amazônia Legal por meio do Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). O IDF é mais um tipo de índice de pobreza, este busca ser um avanço em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, embora use um sistema de ponderação similar ao IDH.

O índice adotado possui seis dimensões, que são: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recurso, desenvolvimento infantil e condições habitacionais. As dimensões são compostas por vinte e seis componentes, entre os quais estão a fecundidade, analfabetismo, remuneração, acesso a saneamento etc. Estes componentes se subdividem em mais quarenta e oito indicadores socioeconômicos, como renda familiar per capita superior à linha de extrema pobreza, esgotamento sanitário adequado e acesso à eletricidade. Os dados que representam cada uma dessas dimensões, componentes e indicadores foram coletados dos Censos Demográficos 2000 e 2010.

Os autores concluíram que ocorreu um crescimento de 50% no nível de desenvolvimento das famílias na Amazônia Legal. O IDF da região se elevou de 0,22 (no ano 2000) para 0,33 (no ano de 2010). Apesar de que, mesmo com a melhora, o resultado ainda representa um baixo nível de desenvolvimento para as famílias.

A revisão desses trabalhos dará auxílio para o próximo capítulo que se destina a verificar a pobreza na região amazônica.

3 A POBREZA NA AMAZÔNIA

3.1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A Pan-Amazônia (ou Amazônia como um todo) é um território de aproximadamente sete milhões de quilômetros quadrados. Neste espaço da América do Sul, à medida que se desenvolveram e se consolidaram as formações dos Estados-Nações, as fronteiras artificiais foram traçadas dividindo esse local entre nove soberanias, estas são: Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, França (Guiana Francesa), Peru, Suriname e Venezuela. Cada um desses países ocupa e trata a sua região amazônica de forma diferente e independente (ARAGON, 2015; SUDAM, 2020). Vale destacar que a parcela brasileira representa mais da metade de toda a floresta e cerca de 60% da bacia hidrográfica amazônica (CALDENHOF, 2013).

Dentro desta grande área, e conforme demonstrado nas Figuras 1 e 2, a Amazônia brasileira pode ser classificada oficialmente de duas formas: Amazônia Legal ou Bioma Amazônico¹¹. A primeira forma foi estabelecida como uma classificação política pela Lei nº 1.806, de 06/01/1953 durante o governo Vargas. Enquanto que a segunda diz respeito ao acompanhamento e estabelecimento de políticas públicas e ações tais como as implementadas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) (CALDENHOF, 2013)¹².

Tratando-se de Amazônia Legal (que é o caso deste trabalho) esta compreende as Unidades Federativas do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Roraima, Rondônia, Tocantins e, parcialmente, o Estado do Maranhão. A área territorial da Amazônia Legal é de 5.217.423 quilômetros quadrados, correspondendo a cerca de 60% do território nacional de 8.514.877 quilômetros quadrados (MARTHA JÚNIOR; CONTINI; NAVARRO, 2011)¹³.

No que diz respeito aos seus atributos naturais, haja vista a sua grande dimensão territorial e por ser a maior e mais diversa floresta tropical do mundo, a Amazônia abrange grandes reservas minerais e uma variedade de ecossistemas, como por exemplo as florestas úmidas de terra firme, diferentes tipos de matas, campos abertos, espécies de cerrado e refúgios montanhosos, estes refletidos nas mais diversas vegetação, clima e solo (AB'SABER, 2002 apud MANFREDO, 2017; SUDAM, 2020).

¹¹ Segundo o IBGE (2019, p. 149) conceitua-se bioma como um conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, uma diversidade biológica própria.

¹² Segundo o IBGE (2019, p. 150), os critérios unificadores para descrição do Bioma Amazônia foram o clima dominante quente e úmido, a predominância da fisionomia florestal, a continuidade geográfica, a condição periequatorial e o próprio contexto da Bacia Amazônica, que possui a maior rede hidrográfica do Planeta.

¹³ A Amazônia Legal ocupa toda a área do Bioma Amazônia, além de 20% do Bioma Cerrado (CALDENHOF, 2013).

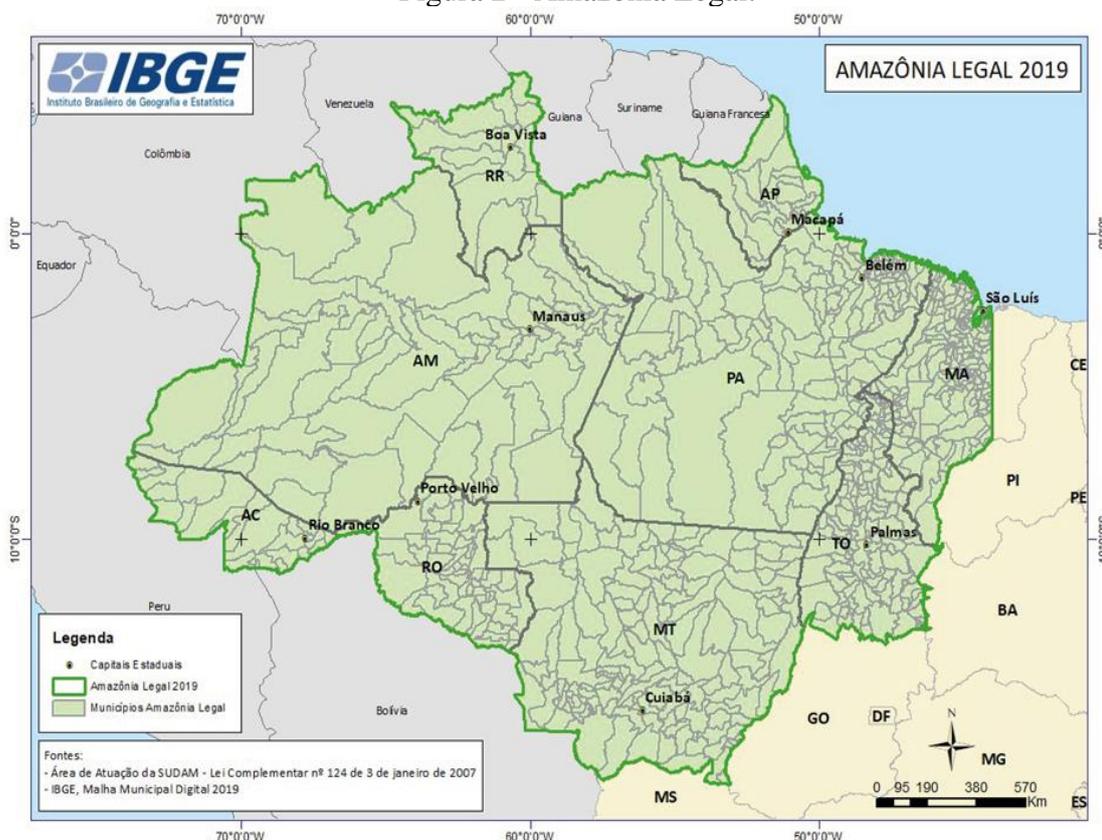
Figura 1 - Biomas brasileiros.



Fonte: IBGE (2004).

Do ponto de vista da formação social da Amazônia, esta é marcada por inúmeros encontros e desencontros muitas vezes nada harmoniosos. As desavenças, alianças, desacordos, conflitos e dominação se fizeram presentes nas relações coloniais entre colonizadores europeus, povos africanos (trazidos pelos mecanismos da escravidão) e os povos originários da terra com suas numerosas etnias (CASTRO; CAMPOS, 2015). Apesar da brutalidade e das muitas lutas, todo esse processo “resultou em um rico e complexo mosaico sociocultural” (SUDAM, 2020, p. 13). Já durante o século XIX a economia da borracha foi responsável por um período de deslocamento de um grande contingente populacional para a Amazônia, muitos dessa vez eram migrantes do Nordeste deslocados para suprir a demanda de mão-de-obra para a nova atividade extrativa. Por fim, pelo menos nos últimos 50 anos, os programas de incentivo à ocupação territorial capitaneados pelo governo federal na década de 1970 e, mais recentemente, o avanço da agropecuária atraíram famílias nordestinas e sulistas para a região, com este último ciclo se pode dizer que houve uma consolidação do seu povoamento próprio (BECKER, 2005; CASTRO; CAMPOS, 2015).

Figura 2 - Amazônia Legal.



Fonte: IBGE (2019).

A região conta hoje com 1.206 agrupamentos quilombolas, uma população aproximada de 306 mil indígenas divididos em 180 povos identificados, além de outras milhares de comunidades tradicionais, como as dos seringueiros e ribeirinhos. Nas cidades da Amazônia vivem mais de 19 milhões de pessoas e nestas são demonstradas a sua rica formação indígena, portuguesa, negra e de vários outros grupos étnicos que se firmaram ali em diferentes momentos (CASTRO; CAMPOS, 2015; SUDAM, 2020).

Sobre as suas características demográficas, em 2019 a estimativa da população local correspondia a quase 28 milhões de habitantes. Pará, Maranhão, Amazonas e Mato Grosso foram os estados mais populosos. Enquanto os de menor população eram: Rondônia, Tocantins, Acre, Amapá e Roraima. O percentual de pessoas vivendo em cidades foi superior a 70%. Apesar das dezenas de milhões de habitantes, a densidade populacional estimada da Amazônia Legal, ainda para o ano de 2019, é muito baixa, chegando a cerca de 5,32 habitantes por quilômetros quadrados; para fins de comparação, tomando o mesmo ano de referência, o Brasil possuía uma densidade aproximada de 24,67 habitantes por quilômetros quadrados (IBGE, 2020b).

3.2 ASPECTOS ECONÔMICOS REGIONAIS

Na esfera econômica, a região possui uma baixa participação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, mesmo representando mais da metade do território nacional. Conforme exposto na Tabela 2, o valor do PIB da Amazônia Legal no ano de 2017 foi de aproximadamente R\$ 584 bilhões, o que representou cerca de 8,87% do PIB brasileiro, sendo os estados que mais produziram bens e serviços: Pará, Mato Grosso e Amazonas.

Tabela 2 – Produto Interno Bruto a preços constantes (em Mil Reais e ano base de 2017) e Participação da Amazônia Legal no PIB brasileiro.

Unidade Federativa	2005	2010	2015	2017
Acre	8.339.321	12.833.829	14.906.827	14.271.063
Amapá	8.350.624	12.672.973	15.167.797	15.479.885
Amazonas	65.892.824	93.652.988	94.727.716	93.204.175
Maranhão	48.679.945	71.242.452	85.872.792	89.524.184
Mato Grosso	66.428.365	87.074.558	117.543.092	126.805.058
Pará	78.578.545	127.201.349	143.237.510	155.195.371
Rondônia	24.261.858	36.779.745	40.009.630	43.506.499
Roraima	6.192.428	10.213.627	11.208.356	12.103.236
Tocantins	14.945.418	25.237.067	31.657.131	34.101.687
Amazônia Legal	321.669.328	476.908.587	554.330.850	584.191.158
Brasil	4.209.012.720	5.977.962.894	6.560.923.201	6.583.319.000
Participação no PIB	7,64%	7,98%	8,45%	8,87%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020b).

A formação da sua economia regional está intimamente ligada aos recursos provenientes da floresta, sobretudo às atividades extrativistas. A economia das drogas-do-sertão, nos primeiros séculos de ocupação europeia, marcam uma primeira (expressiva) exploração econômica no território amazônico. Posteriormente a economia da borracha estabelece um novo momento econômico para região entre o século XIX e início do século XX, momento no qual os seus resultados econômicos modernizaram as cidades de Belém e Manaus e tornaram-nas equiparáveis a ricas cidades europeias e cuja produção ajudou, por exemplo, no desenvolvimento da indústria automobilística mundial (CASTRO; CAMPOS, 2015)¹⁴. A partir da segunda metade do século XX outras relevantes transformações surgem, a Zona Franca de Manaus é criada como um posto geopolítico avançado, industrializando fortemente um pedaço da floresta; a atividade mineral ganha cada vez mais destaque e sua exploração começa a ser

¹⁴ O interesse da indústria automotiva pela região foi tamanho que Henry Ford, em 1928, iniciou um projeto faraônico no meio da floresta amazônica a fim de adquirir a autossuficiência na produção da borracha. Uma grande área na floresta foi cedida pelo Governo brasileiro ao magnata. No local, gerido por americanos, criaram-se grandes plantações de seringueiras, casas, hospitais etc ao estilo americano, erguendo a cidade chamada Fordlândia. Após anos de sucessivos fracassos, provocados por diversos problemas, o projeto se encerrou em 1945 (BBC, 2018).

feita em escalas industriais (BECKER, 2005), grandes volumes de minérios e afins são exportados através de colossais projetos mineradores, tais como o Projeto Ferro Carajás S11D¹⁵. Por último, novas frentes de atividades econômicas têm avançado sobre a região nas últimas décadas, ligadas principalmente a interesses madeireiros, pecuaristas e ao plantio de soja; essas atividades avançam principalmente no sul do Pará, norte de Mato Grosso, Rondônia e ao sudeste do Acre (o conjunto dessas áreas ficou conhecida como Arco do Desmatamento) (CASTRO; CAMPOS, 2015; MMA, 2020).

Sobre o avanço dessas últimas atividades, em especial a da pecuária, a Tabela 3 mostra a evolução do rebanho bovino na Amazônia Legal.

Tabela 3 – Evolução do rebanho bovino (por cabeça em milhares) na Amazônia Legal e sua participação no efetivo total brasileiro.

Unidade Federativa	2000	2005	2010	2015	2017	2019
Acre	1.033	2.313	2.578	2.916	2.895	3.510
Amapá	83	97	115	90	67	54
Amazonas	843	1.197	1.361	1.293	1.344	1.456
Maranhão	4.094	6.449	6.980	7.643	7.688	8.009
Mato Grosso	18.925	26.652	28.757	29.364	29.725	31.974
Pará	10.271	18.064	17.633	20.272	20.585	20.881
Rondônia	5.664	11.349	11.842	13.398	14.091	14.349
Roraima	480	507	577	795	787	879
Tocantins	6.142	7.962	7.994	8.412	8.738	8.481
Amazônia Legal	47.536	74.589	77.838	84.183	85.921	89.592
Brasil	169.876	207.157	209.541	215.221	215.004	214.894
Participação no Total	28%	36%	37%	39%	40%	42%

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020b).

Os números demonstram claramente não só o aumento do rebanho bovino na região amazônica nos últimos anos, como também o quanto esse rebanho representa para o Brasil todo - dando um salto bem expressivo na sua participação entre os anos analisados. Os dados surpreendentes, e preocupantes, que mais chamam atenção são o fato do país possuir mais bois do que brasileiros; e que desse volume de mais de 214 milhões de cabeça de boi, 42% se encontram na Amazônia. Os comportamentos prevaletentes de produção e consumo se fundamentam numa deterioração acelerada do meio ambiente. A noção de que a produção de

¹⁵ O Projeto Ferro Carajás S11D, inaugurado em 2017 no Pará, é um dos maiores projetos da indústria mundial da mineração, orçado em US\$ 14,3 bilhões, o qual ajudou a consolidar o Estado como uma das principais províncias minerais do mundo (O GLOBO, 2016).

commodities é a vocação regional está arraigada no *modus operandi* da maioria dos agentes econômicos locais, sinalizando (erroneamente) que essas atividades podem gerar um crescimento econômico consistente. No caso da pecuária, por exemplo, esta é extremamente pouco produtiva, possuindo uma relação de uma cabeça de gado por hectare na região (ABRAMOVAY, 2010).

Destarte, um pouco das estratégias econômicas regionais do início do século XXI podem ser caracterizadas da seguinte forma:

O Mato Grosso e o Pará têm estratégias extensivas de uso da terra, o estado do Amazonas tem uma estratégia pontual industrial, localizada em Manaus; o Acre e o Amapá se baseiam na estratégia da florestania, modernização do extrativismo; em Rondônia procura-se expandir a pecuária e mesmo a soja, e, em Roraima, a soja no lavrado (cerrado) cercado por florestas e terra indígenas (BECKER, 2005, p. 82).

Toda essa dinâmica econômica, que embora tenha ajudado a criar empregos, renda e a aprofundar a inserção da economia local no circuito econômico nacional e mundial, trouxe também grandes impactos socioambientais ao território durante todos os seus séculos de funcionamento (SUDAM, 2020).

O processo de formação da Amazônia Brasileira, apesar da abundante riqueza natural local, resultou em: indicadores socioeconômicos muitas vezes abaixo da média do Brasil; diversos recursos concentrados nas mão de poucos; conflitos fundiários; desmatamento; poluição; urbanização desordenada; precária infraestrutura regional; desigualdade social alta etc (SUDAM, 2020). As Tabelas 4, 5 e 6 ajudam a expressar um pouco da situação descrita.

Tabela 4 - PIB per capita a preços constantes (ano base de 2017).

Unidade Federativa	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Acre	18.235	19.042	20.629	18.552	17.338	17.202
Amapá	21.745	22.378	21.611	19.784	18.874	19.405
Amazonas	27.457	28.105	27.094	24.053	22.907	22.936
Maranhão	12.296	12.839	13.583	12.438	12.630	12.789
Mato Grosso	34.901	36.128	38.022	35.996	38.582	37.914
Pará	18.790	19.601	18.687	17.521	17.187	18.549
Rondônia	25.847	23.206	23.569	22.627	22.730	24.093
Roraima	22.415	23.791	23.746	22.166	22.049	23.158
Tocantins	19.913	20.746	21.188	20.894	21.212	21.998
Amazônia Legal	20.851	21.478	21.561	20.054	20.117	20.657
Brasil	33.889	34.176	34.514	32.091	31.319	31.702

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020b).

Ainda que se olhe apenas o PIB *per capita*, um indicador unidimensional de desenvolvimento econômico, o qual mede a divisão do PIB de uma região pelo número de habitantes da mesma região; ou seja, o quanto um indivíduo detém da renda total produzida caso todos os habitantes recebessem partes iguais dessa renda (IBGE, 2020b); a Tabela 4 mostra que o PIB per capita da região amazônica fica aquém ao do registrado no Brasil, a única Unidade Federativa que apresenta renda superior ao do país no período analisado foi o estado do Mato Grosso.

Tabela 5 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita nos estados da Amazônia Legal e Brasil, 2012 a 2017.

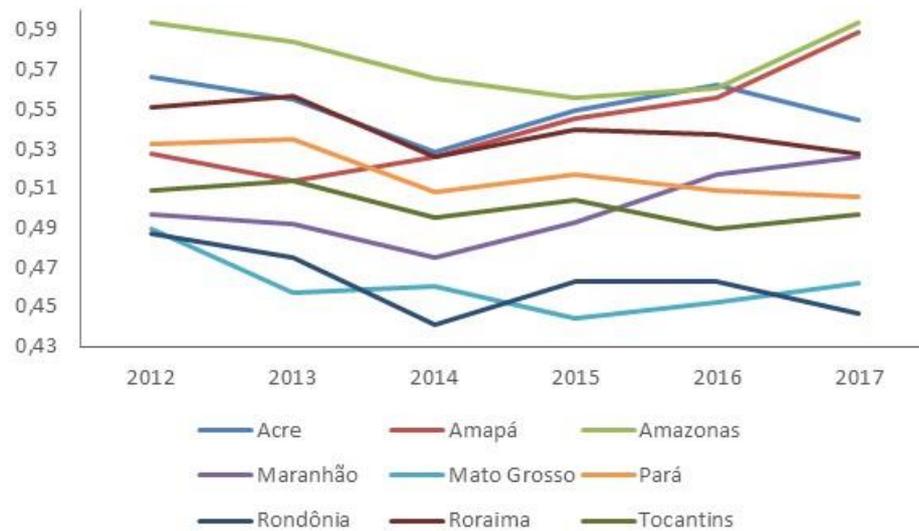
Unidade Federativa	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Acre	0,57	0,56	0,53	0,55	0,56	0,54
Amapá	0,53	0,51	0,53	0,55	0,56	0,59
Amazonas	0,59	0,58	0,57	0,56	0,56	0,59
Maranhão	0,50	0,49	0,47	0,49	0,52	0,53
Mato Grosso	0,49	0,46	0,46	0,44	0,45	0,46
Pará	0,53	0,53	0,51	0,52	0,51	0,51
Rondônia	0,49	0,47	0,44	0,46	0,46	0,45
Roraima	0,55	0,56	0,53	0,54	0,54	0,53
Tocantins	0,51	0,51	0,50	0,50	0,49	0,50
Brasil	0,54	0,53	0,53	0,52	0,54	0,54

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020b).

Como o PIB per capita isoladamente pode gerar deficiência na avaliação socioeconômica de uma população, faz-se necessário utilizar outros indicadores com a finalidade de se complementar o entendimento da situação regional.

A Tabela 5 traz o resultado do nível de concentração de renda nos estados da Amazônia Legal e Brasil, refletido no principal indicador utilizado para este fim, o Índice de Gini. O índice expressa as divergências entre a renda de ricos e pobres e o seu valor varia entre zero (ponto em que todos possuem a mesma renda) e um (ponto em que um único indivíduo possui toda a riqueza) (IPEA, 2004). Os dados locais demonstram uma elevada concentração de renda em todos os estados selecionados, alguns apresentando resultado superior ao do país e outros inferior, além de ser notória a persistência da concentração de renda sobretudo nos três últimos anos estudados (situação também visualizada no Figura 3).

Figura 3 - Índice de Gini da distribuição do rendimento domiciliar per capita nos estados da Amazônia Legal, 2012 a 2017.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020b)

Ainda sobre a exposição de dados regionais, outro indicador que auxilia na análise de uma determinada população é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Este índice surgiu como um contraponto ao PIB per capita. O IDH sintetiza dados de saúde, educação e renda e mede o grau de desenvolvimento de uma região, o seu valor varia de zero até um (quanto mais próximo de um, melhor é o desenvolvimento da localidade). No Brasil, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi criado de modo a adaptar o IDH ao contexto nacional, a sua metodologia se acomoda às características locais e tanto o seu resultado (valor) como as dimensões de desenvolvimento utilizadas seguem a mesma linha do índice original (ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2020).

A Tabela 6 apresenta os resultados do IDHM para a Amazônia Legal, os estados que a compõem (integral ou parcialmente) e o Brasil, nela se pode observar uma melhora em todos os índices de todas as unidades ao longo dos anos com dados disponíveis, entretanto o último índice médio da região (0,73) ainda se situa abaixo da média nacional (0,78); também vale destacar que, mesmo olhando isoladamente, nenhuma Unidade Federativa conseguiu obter índice superior ao do Brasil.

Embora os dados apresentados até aqui tenham revelado um pouco do quadro socioeconômico encontrado na região amazônica, os problemas na sociedade amazônica podem ser discutidos de forma mais específica e profunda. Este local que se mostrou bastante diferente das demais localidades do país, com sua grande dimensão geográfica, heterogeneidade

econômica, social e ambiental, possui grandes obstáculos a serem ultrapassados (SUDAM, 2020).

Tabela 6 - IDH-M da Amazônia Legal e Brasil, 1991 a 2017.

Unidade Federativa	1991	2000	2010	2017
Acre	0,40	0,52	0,66	0,72
Amapá	0,47	0,58	0,71	0,74
Amazonas	0,43	0,52	0,67	0,73
Maranhão	0,36	0,48	0,64	0,69
Mato Grosso	0,45	0,60	0,73	0,77
Pará	0,41	0,52	0,65	0,70
Rondônia	0,41	0,54	0,69	0,73
Roraima	0,46	0,60	0,71	0,75
Tocantins	0,37	0,53	0,70	0,74
Amazônia Legal	0,42	0,54	0,68	0,73
Brasil	0,49	0,61	0,73	0,78

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Atlas do Desenvolvimento Humano (2020).

Além dos obstáculos óbvios a serem superados, como as barreiras das áreas de educação, ambiental, infraestrutura, saúde, renda etc, um outro ponto a se notar é o que Becker (2005, p. 78) salientou em:

É necessário que a sociedade e o governo estejam atentos à questão da face interna da soberania, no sentido de reconhecer que o povo não é homogêneo, tem demandas diferentes que não são devidamente atendidas, o que gera conflitos que afetam a governabilidade.

A superação ou suavização de alguns desses e outros problemas passa primeiro pelo conhecimento da região, do seu povo, das suas carências, de sorte que a próxima subseção analisará os dados das dimensões selecionadas para que se conheça melhor as privações da sociedade amazônica.

3.3 SELEÇÃO E ANÁLISE DAS DIMENSÕES DE POBREZA

As dimensões enquanto aspectos componentes da pobreza, e que se inter-relacionam, podem ser consideradas como tipos de fins humanos, valores e motivações reconhecíveis e aceitáveis pelas pessoas. A partir da orientação seniana, a escolha das dimensões deve estar atrelada aquilo que o indivíduo e o grupo valorizam e que ampliam as suas liberdades substantivas (OTTONELLI, 2013). Neste ponto reside uma certa limitação de se saber (ou generalizar sobre) o que a população amazônica como um todo valoriza e entende por pobreza, haja vista a dificuldade em conciliar essas noções para os vários povos nativos com suas numerosas etnias, diferenças culturais, linguísticas e de organização social.

Apesar de algumas barreiras intransponíveis, e da própria dificuldade da seleção, o presente trabalho procurou seguir as etapas propostas em Alkire (2008) (já apresentadas no Capítulo 2), e que foram bem aplicadas em Ottonelli (2013). Para a seleção, em primeiro lugar, pensou-se na disponibilidade de dados existentes para a Amazônia Legal e os estados que a englobam (tanto parcialmente como integralmente). O segundo, terceiro e quarto processos foram realizados com base na revisão da literatura específica da pobreza e na literatura empírica do tema, onde foram visitados alguns trabalhos aplicados a diferentes populações no Brasil (e que estão resumidos na tabela 1).

Com base nesses estudos, chegou-se na quinta e última etapa - a da proposta de definição das dimensões e seus respectivos indicadores. A análise que se seguirá será feita fundamentada nas dimensões: educação, saúde, condições sanitárias e de habitação, renda e ambiental. O quadro 1 sintetiza as dimensões e indicadores adotados. Todas essas dimensões e indicadores, com exceção da ambiental, estão presentes de alguma forma nos trabalhos apresentados na revisão da literatura empírica, e por isso foram adotados neste trabalho.

Na perspectiva das necessidades básicas, algumas variáveis são consenso dentre os especialistas. Nesse sentido, destaca-se o acesso à água potável, à rede de esgoto, à coleta de lixo, [...] e à educação como bens imprescindíveis para os indivíduos usufruírem de uma vida saudável e com chances de inserção social (LEITE *et al.*, 2017, p. 57).

Assim, os indicadores selecionados tentam trabalhar também com a ideia de necessidades básicas, buscando refletir, na medida do possível, o mínimo necessário para que um indivíduo seja considerado não privado. Dessa forma, embora o presente trabalho não faça uso de um índice de pobreza que meça de forma objetiva as privações dos indivíduos, a melhora ou piora nos indicadores pode sinalizar se a pobreza aumentou ou diminuiu nos anos de estudo.

Quadro 1 - Dimensões e Indicadores selecionados.

Dimensões	Indicadores
Educação	Taxa de alfabetização
	Anos de estudo
Saúde	Mortalidade infantil
	Mulheres de 15 a 19 anos com filhos
Condições Habitacionais e Sanitárias	Acesso à energia elétrica
	Acesso à rede de água
	Item domiciliar
	Esgotamento sanitário
Renda	Taxa de desemprego
	Renda domiciliar
Ambiental	Acesso à coleta de lixo
	Queimadas e incêndios florestais
	Desflorestamento

Fonte: Elaborado pelo autor.

A dimensão educação está presente em um dos dezessete objetivos da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU (objetivo de número quatro), pois, caso seja abrangente e de qualidade, é considerada um forte instrumento para se alcançar o desenvolvimento (PNUD, 2016). A educação é relevante para a elevação da cidadania, participação social e formação de capital humano, a deficiência nessa área cria barreiras à ascensão socioeconômica da população (SUDAM, 2020). Esta dimensão age nas liberdades substantivas das pessoas, servindo como pilar para a ampliação dessas liberdades. Assim, os indivíduos conseguem desempenhar melhor as suas funções nas suas comunidades e podem ter uma vida mais satisfatória. Os indicadores taxa de alfabetização e anos de escolaridade são utilizados para representar a educação porque a condição de alfabetização e o maior tempo de estudo de um indivíduo ampliam as oportunidades que as pessoas dispõem (OTTONELLI, 2013; VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017).

A Tabela 7 demonstra como o percentual de pessoas alfabetizadas na Amazônia se elevou nos quinze anos analisados. Com exceção do estado do Amapá, todos os estados apresentaram melhoria neste indicador, tendo destaque mais expressivo o estado do Tocantins,

que teve aumento de mais de dez pontos percentuais (p.p.). Esta evolução na região amazônica acompanha os esforços em todo o país para a redução do analfabetismo.

Tabela 7 – Percentual de pessoas de 5 anos ou mais de idade alfabetizadas nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	2001	2005	2011	2013	2014	2015
Acre	80,35	75,32	83,00	83,85	84,52	84,67
Amapá	91,77	88,20	90,88	91,45	93,08	91,16
Amazonas	88,55	89,89	88,34	89,45	90,84	90,67
Maranhão	73,49	73,97	77,65	78,97	79,06	79,99
Mato Grosso	86,45	88,86	91,04	90,95	91,45	91,47
Pará	85,04	81,49	86,56	87,23	87,21	87,25
Rondônia	88,01	88,67	89,00	90,52	90,52	91,08
Roraima	87,31	86,32	87,03	87,75	89,85	89,97
Tocantins	77,24	81,23	86,71	86,78	86,69	87,96

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE/PNAD (2020a)

Paralelamente a este resultado, a Tabela 8 apresenta a proporção de pessoas sem nenhuma (ou com menos de um ano de) instrução formal, além daqueles indivíduos com quinze ou mais anos de estudos formais - estes representam, respectivamente, as classificações mínima e máxima de anos de estudo do IBGE. Todas as Unidades Federativas reduziram de forma expressiva a porcentagem de pessoas com baixíssimo tempo de estudo e elevaram o número de pessoas com mais de quinze anos estudados, embora a melhora deste último tenha se dado de forma mais moderada. A pouca escolaridade pode ser sinal de um sistema educacional deficitário, o que contribui para problemas sociais como a baixa produtividade, aumento da violência, êxodo rural, entre outros efeitos (SUDAM, 2020).

Tabela 8 – Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, por anos de estudo nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	Anos de Estudo	2001	2005	2011	2013	2014	2015
Acre	0 até < 1	25,37	21,06	17,96	16,94	15,02	16,76
	> = 15	6,10	3,22	6,33	6,88	7,15	7,96
Amapá	0 até < 1	20,28	8,58	8,80	10,07	8,67	7,50
	> = 15	4,26	3,26	6,08	8,14	9,14	8,51
Amazonas	0 até < 1	17,06	8,27	14,91	11,63	9,23	7,33
	> = 15	3,97	3,06	5,58	7,08	7,98	7,50
Maranhão	0 até < 1	35,20	21,18	22,86	17,73	15,32	15,39
	> = 15	1,32	1,36	3,60	4,62	4,09	4,49

Mato Grosso	0 até < 1	17,24	9,79	12,00	10,00	10,04	9,32
	> = 15	4,82	4,60	7,99	9,59	9,52	9,24
Pará	0 até < 1	17,13	12,86	13,73	9,84	9,50	9,46
	> = 15	3,86	2,54	3,97	4,72	4,58	5,04
Rondônia	0 até < 1	17,48	14,50	13,97	10,91	10,34	9,25
	> = 15	3,82	2,98	6,29	6,40	7,72	8,39
Roraima	0 até < 1	30,85	11,80	12,62	11,08	7,32	7,27
	> = 15	2,77	2,67	7,54	7,49	8,54	10,37
Tocantins	0 até < 1	24,35	14,56	13,68	11,15	11,70	10,98
	> = 15	2,84	3,44	6,41	8,19	7,52	9,29

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE/PNAD (2020a).

As condições habitacionais e sanitárias podem se caracterizar como representações relevantes da pobreza, a inadequação dessas condições configura um desrespeito aos direitos sociais estabelecidos na Constituição do Brasil (SILVA, 2018; SILVA; SOUSA; ARAUJO, 2017), além de estarem inseridas, de certa forma, nos objetivos seis e onze da Agenda 2030 - onde são levantadas questões para o saneamento universal e garantia de moradias adequadas (PNUD, 2016). Os requisitos mínimos de habitação e saneamento estão refletidos nos acessos à água e eletricidade, itens domiciliares e esgotamento sanitário. Segundo Ottonelli (2013), a energia elétrica é importante porque possibilita, entre outras coisas, às pessoas disporem de bens duráveis (itens domiciliares), como a geladeira que ajuda na conservação de alimentos, por exemplo. Os indicadores ligados à água e ao esgotamento sanitário se justificam, pois, a ausência dessa infraestrutura e serviços pode provocar a proliferação de doenças e impactos no meio ambiente (SUDAM, 2020).

Vale destacar que o caráter sanitário dessa dimensão dialoga tanto com aspectos de saúde como com problemas ambientais, “vários indicadores que medem qualidade de vida podem ser considerados como socioambientais, como, por exemplo [...] percentual de população com acesso à água tratada e esgoto [...] e a condições decentes de moradia” (MARTINS, 2002, p. 183). Entretanto, optou-se por colocá-lo em uma dimensão própria por causa do grande número de questões que o saneamento trata.

Esses pontos de esgotamento sanitário e abastecimento de água, em especial, são um dos grandes problemas encontrados na Amazônia (SUDAM, 2016), e podem ser consultados nas Tabelas 9 e 10.

Tabela 9 – Percentual de domicílios com canalização interna de água provenientes da rede geral nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	2001	2005	2011	2013	2014	2015
Acre	40,43	35,57	45,98	46,76	47,44	49,74
Amapá	70,99	61,88	48,77	53,28	54,62	51,79
Amazonas	71,05	64,94	66,54	70,02	71,14	72,69
Maranhão	44,7	53,26	59,79	58,65	57,86	55,78
Mato Grosso	56,85	62,74	78,79	78,02	80,11	80,04
Pará	45,66	38,56	44,37	46,97	49,66	50,63
Rondônia	40,54	38,34	40,85	45,63	47,22	47,42
Roraima	86,67	73,16	85,19	84,47	85,01	84,8
Tocantins	56,75	73,25	76,69	78,41	78,67	80,1

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE/PNAD (2020a).

O percentual de domicílios com acesso à rede geral de água (Tabela 9) revelou disparidades significativas entre os estados da região. Enquanto alguns possuem proporção de domicílios, que dispõem deste serviço e infraestrutura, superior a 80%, outros sequer ultrapassam a faixa dos 50%. Mais preocupante é a relação dos domicílios que não fazem parte da rede coletora de esgotamento sanitário (tabela 10); para o ano de 2015, o Amapá apresentou o pior resultado, de apenas 4,59% de acesso à rede coletora; o Acre é quem obtém o melhor desempenho regional neste indicador, embora tenha apenas 31,42% dos seus domicílios inseridos no sistema da rede coletora. Muitos desses problemas se expressam de maneira ainda mais acentuada nas regiões consideradas periféricas e marginalizadas das cidades por causa da reduzida infraestrutura nestes espaços (SUDAM, 2016).

Tabela 10 – Percentual de domicílios com esgotamento sanitário (ligados ao sistema da rede coletora geral) nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	2001	2005	2011	2013	2014	2015
Acre	18,23	17,64	21,03	22,24	23,98	31,42
Amapá	0,97	1,10	4,66	3,21	3,98	4,59
Amazonas	7,22	2,03	28,76	31,63	26,66	27,55
Maranhão	8,61	9,08	16,59	10,35	10,28	15,78
Mato Grosso	7,36	12,17	20,30	25,01	22,63	21,41
Pará	5,95	3,74	7,99	6,77	5,35	4,66
Rondônia	1,79	1,77	2,92	9,88	6,97	8,50
Roraima	9,07	10,18	13,64	19,14	19,16	27,67
Tocantins	2,39	5,40	15,83	15,36	22,06	23,71

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE/PNAD (2020a).

Já a energia elétrica nos domicílios da Amazônia se demonstrou acessível em grande quantidade de casas, mesmo que esteja, de modo geral, em um nível de acessibilidade inferior ao restante do país - situação explicitada na tabela 11. Estes números talvez sejam explicados pelo programa bem sucedido do Governo Federal, lançado em 2003, que visa a universalização do acesso e uso da energia elétrica - chamado de Luz para Todos (MME, 2020). O avanço deste indicador, atrelado ao aumento da renda brasileira, contribuiu também para a evolução do número de indivíduos que possuem geladeira. Este item domiciliar influencia, por exemplo, na capacidade alimentícia das pessoas - possibilitando a redução de certas privações - por isso o aumento desses percentuais é bom (conforme exposto na Tabela 12).

Tabela 11 - Percentual de domicílios com energia elétrica de companhia distribuidora nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	Possuíam acesso	Não possuíam acesso
Acre	91,86	8,14
Amapá	77,1	22,9
Amazonas	82,93	17,07
Maranhão	93,88	6,12
Mato Grosso	97,41	2,59
Pará	89,13	10,87
Rondônia	93,61	6,39
Roraima	83,81	16,19
Tocantins	98,16	1,84
Brasil	96,34	3,66

Fonte: Elaborado pelo autor com base no Censo Demográfico (IBGE, 2010).

A dimensão saúde, por sua vez, também se encontra na Agenda 2030, no objetivo de número três que trata da garantia de uma vida saudável e aborda, entre outras coisas, a questão da mortalidade infantil (PNUD, 2016). Este indicador consegue capturar o nível da distribuição das condições de vida e examinar diferenças nas oportunidades de desenvolvimento humano, uma vez que a sobrevivência infantil pode refletir a disponibilidade de remédios, vacinas, ambientes sem doenças evitáveis, condições alimentícias minimamente apropriadas e cuidados médicos gerais, relacionando-se com aspectos socioeconômicos e sanitários (OTTONELLI, 2013; SUDAM, 2020).

Tabela 12 – Percentual de domicílios que possuem o item domiciliar geladeira nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	2001	2005	2011	2013	2014	2015
Acre	88,45	76,39	91,68	90,50	90,57	92,13
Amapá	90,91	79,08	84,99	89,82	94,10	90,69
Amazonas	87,67	80,45	84,45	88,55	88,82	89,98
Maranhão	59,29	67,09	90,36	93,79	94,60	95,70
Mato Grosso	78,45	86,99	97,59	98,01	98,43	98,55
Pará	78,35	68,53	83,93	88,57	89,63	90,30
Rondônia	89,10	87,4	95,95	97,53	97,90	97,94
Roraima	92,01	81,32	89,61	93,62	94,59	94,44
Tocantins	63,22	72,54	92,74	95,88	96,95	97,41

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE/PNAD (2020a).

A Tabela 13 reflete a queda vertiginosa da mortalidade infantil na Amazônia. O Maranhão, por exemplo, apresentou redução de 25 p.p. em um intervalo de tempo relativamente curto. Entretanto, essas taxas destoam negativamente em relação ao resto do país. Algumas doenças infecto-parasitárias representam grandes ameaças à vida infantil na região, o que indica que há trabalho a ser realizado neste segmento (SUDAM, 2020).

Tabela 13 - Taxa de mortalidade infantil (%) nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	2001	2005	2011	2013	2014	2015
Acre	35,9	28,7	21,0	19,2	18,4	17,6
Amapá	28,4	26,0	24,3	23,9	23,7	23,5
Amazonas	31,1	26,7	21,4	20,0	19,4	18,8
Maranhão	47,4	38,2	27,5	24,7	23,5	22,4
Mato Grosso	24,4	22,1	19,0	18,1	17,7	17,3
Pará	28,9	24,6	19,6	18,3	17,7	17,1
Rondônia	28,4	25,6	22,2	21,3	20,8	20,4
Roraima	21,9	19,7	18,2	17,8	17,6	17,4
Tocantins	30,6	23,8	18,7	17,4	16,9	16,3

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020a).

O indicador de mulheres de 15 a 19 anos com filhos pode sugerir abusos, deficiências de informação e conhecimento sobre questões ligadas aos métodos contraceptivos, e também sobre as saúdes feminina e dos bebês, uma vez que a exposição dessas pessoas a essa situação pode representar riscos, desde complicações simples até a chance de morte, para as mães e para os seus filhos. Como consequência, a gestação nessa faixa etária aumenta as chances desse

grupo deixar de frequentar a escola, desenvolvendo ainda mais dificuldades como as limitações no acesso ao mercado de trabalho. Desse modo, indivíduos saudáveis executam melhor suas atividades, possibilitando expandir suas liberdades substantivas sem os entraves de doenças, o que eleva o desenvolvimento (OTTONELLI, 2013; SUDAM, 2020). A Tabela 14 sinaliza que houve redução no número de mulheres de 15 a 19 anos com filhos para os estados amazônicos, porém os seus valores ainda são expressivos e mais elevados que a proporção do restante do país.

Tabela 14 – Proporção de mulheres de 15 a 19 anos com filhos nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	2000	2010
Acre	27,7	19,9
Amapá	21,9	18,2
Amazonas	22,7	18,8
Maranhão	20,1	16,9
Mato Grosso	19,7	14
Pará	20,9	18,1
Rondônia	20,3	13,8
Roraima	22,8	20,1
Tocantins	20,8	16,6
Brasil	14,8	11,8

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos Censos Demográficos (IBGE, 2010, 2020b).

A renda, através da renda domiciliar e da taxa de desemprego, exprime aquilo que os indivíduos são capazes de conquistar por via monetária. E pode ser entendida como o nível das possibilidades de escolha de bens e serviços que as pessoas podem fazer. Esta atua como um meio para se atingir um fim (o que as pessoas valorizam). Assim, “a privação relativa de renda pode gerar uma privação absoluta de capacitações (VIEIRA; KUHN; MARIN, 2017, p. 278).

Conforme exposto na Tabela 15, o rendimento mensal na Amazônia¹⁶ representava algo entre um a dois salários mínimos para uma faixa de 11% a 26% dos domicílios no ano 2000. Este mesmo nível salarial passa a caracterizar o rendimento de um número maior de pessoas no ano de 2015, representando algo entorno de 30% dos domicílios para a maioria dos estados amazônicos. Paralelamente a esta transformação ocorre uma diminuição generalizada na proporção de pessoas que ganhavam mais de vinte salários mínimos (que corresponde ao

¹⁶ O rendimento mensal domiciliar equivale ao somatório dos rendimentos mensais dos moradores da unidade domiciliar (IBGE).

maior nível de rendimento estabelecido pelo IBGE). Os dados completos da PNAD/IBGE (2001 a 2015) para este indicador sugerem elevação no rendimento médio mensal, embora esteja acompanhado de uma desigualdade expressiva.

Tabela 15 – Proporção dos domicílios com rendimento médio mensal (%), por classes de salário mínimo nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	Quantidade de salários mínimos	2001	2005	2011	2014	2015
Acre	1 a 2 salários	18,96	28,72	26,47	28,59	31,7
	Mais de vinte salários	6,38	2,1	1,63	1,26	1,21
Amapá	1 a 2 salários	11,26	22,38	23,55	22,85	27,61
	Mais de vinte salários	2,29	3,14	1,29	1,14	1,14
Amazonas	1 a 2 salários	20,61	27,87	22,97	25,78	28,86
	Mais de vinte salários	3,41	1,56	1,51	1,6	1,21
Maranhão	1 a 2 salários	29,16	31,12	29,33	30,89	30,61
	Mais de vinte salários	1,52	0,78	0,86	0,92	1
Mato Grosso	1 a 2 salários	19,17	22,27	20,97	19,69	23,51
	Mais de vinte salários	4,47	2,79	1,77	2,07	1,33
Pará	1 a 2 salários	23,54	29,52	29,15	29,42	32,7
	Mais de vinte salários	3,14	1,45	1,22	0,69	0,74
Rondônia	1 a 2 salários	20,12	28,52	24,9	24,57	28,51
	Mais de vinte salários	3,4	2,5	1,45	1,14	0,73
Roraima	1 a 2 salários	15,88	24,02	23,12	25,15	30,29
	Mais de vinte salários	3,18	1,1	2,34	1,35	1,73
Tocantins	1 a 2 salários	26,01	27,56	25,98	27,75	30,69
	Mais de vinte salários	2,87	1,72	1,36	1,42	1,57

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE/PNAD (2020a).

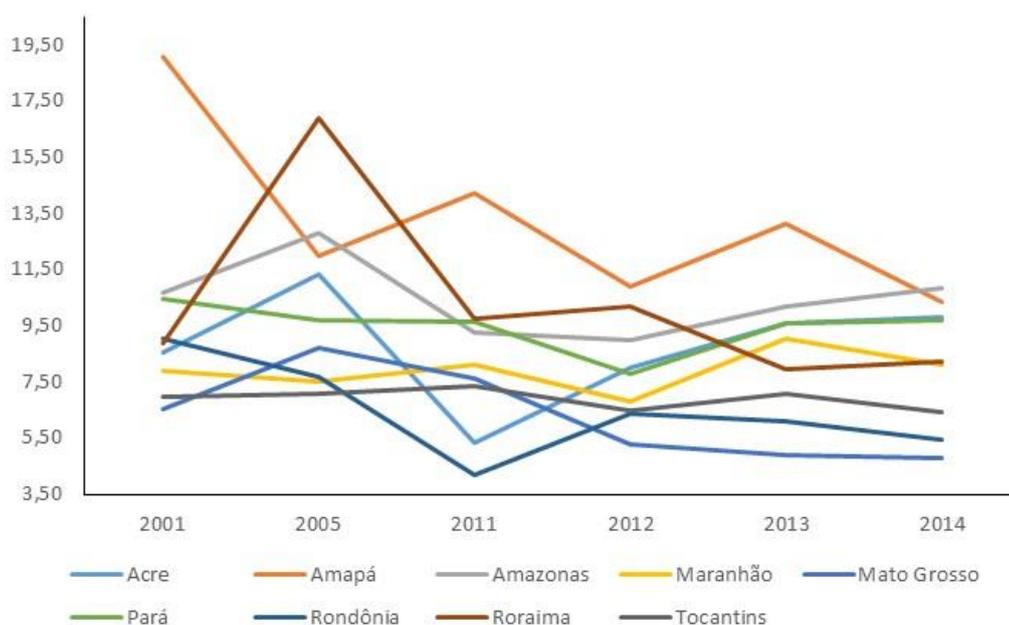
A taxa de desemprego impacta tanto os indicadores de desenvolvimento como o grau de concentração de renda na região amazônica (SUDAM, 2020). A Tabela 16 e a figura 4 mostram que este indicador apresentou um comportamento de queda na maioria dos estados, e certa estabilidade nos outros. Além de ser notória a diferença entre algumas Unidades Federativas, como é o caso de Mato Grosso (taxa de 4,81%) e Amazonas (taxa de 10,84%). Com exceção de Mato Grosso, Rondônia e Tocantins, esses dados regionais mais uma vez se revelam superiores à média nacional - que era de 7,53% no ano de 2014.

Tabela 16 – Taxa de desemprego (%) nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	2001	2005	2011	2012	2013	2014
Acre	8,56	11,33	5,36	8,00	9,56	9,81
Amapá	19,06	11,96	14,21	10,91	13,10	10,33
Amazonas	10,68	12,83	9,28	9,00	10,19	10,84
Maranhão	7,90	7,53	8,12	6,83	9,02	8,10
Mato Grosso	6,50	8,69	7,63	5,26	4,90	4,81
Pará	10,47	9,70	9,62	7,80	9,59	9,71
Rondônia	9,02	7,68	4,21	6,39	6,10	5,41
Roraima	8,86	16,89	9,77	10,18	7,96	8,24
Tocantins	6,96	7,10	7,33	6,47	7,06	6,44

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE/IPEA (2020).

Figura 4 – Comportamento da taxa de desemprego (%) para os estados da Amazônia Legal entre 2001 e 2014.



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE/IPEA (2020).

Por último, embora a dimensão ambiental não estivesse explicitamente presente nos trabalhos empíricos revisados e apresentados no Capítulo 2, a sua relevância vem do fato que a expansão das liberdades substantivas também está condicionada aos incentivos de manutenção e regeneração dos serviços ecossistêmicos empreendidos à humanidade (ABRAMOVAY, 2010).

Na Amazônia, o meio ambiente ganha destaque por seu alto valor, ora por ser detentora da maior floresta tropical do mundo, com riquíssimo patrimônio biológico

e forte influência no clima global, ora por seu vasto potencial em água. Dessa forma, estabelecer critérios ligados à busca de riquezas, coadunadas com políticas ambientais e sociais, pensando em ações que eliminem a privação das capacidades básicas da população, é imprescindível (MAMED, 2011, apud SUDAM, 2016, p. 36).

Dessa forma, os estudos de desenvolvimento socioeconômicos, sobretudo os da Amazônia, necessitam incluir a dimensão ambiental nas suas discussões. A natureza cumpre uma função essencial no atendimento das necessidades básicas humanas tanto presentes como vindouras, de modo que o convívio entre a humanidade e a natureza pressuporia uma relação equilibrada, o que se relaciona com a própria ideia de bem-estar sustentado (DASGUPTA, 2007; SUDAM, 2016, 2020).

Já a escolha de indicadores socioambientais pode ser um grande desafio, em especial aqueles que não atribuem valores monetários aos bens e serviços ambientais, mesmo assim, as tentativas de se mensurar a sustentabilidade ambiental devem continuar (VEIGA, 2009).

Desses esforços nasceram os Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (IDS) criados pelo IBGE, estes tentam acompanhar e avaliar os rumos do desenvolvimento sustentável. A esfera ambiental dos IDS incorpora temas ligados à qualidade de vida das gerações atuais e futuras, além de apresentarem grande influência na saúde da população (IBGE, 2015). Por causa dessas características, três desses indicadores - queimadas e incêndios florestais, desflorestamento e acesso à coleta de lixo - serão utilizados para a análise das privações da população amazônica.

Um destino inadequado do lixo tem condições de provocar danos à saúde, ao solo e água e causar inundações/enchentes, além de gerar gases de efeito estufa (IBGE, 2015). A tabela 17 examina este quadro da Amazônia Legal. Os dados mostram que houve tanto aumento como redução no percentual de domicílios atendidos com coleta de lixo entre os estados, esta redução pode ser explicada em parte pelo o crescimento no número de domicílios de algumas Unidades Federativas (SUDAM, 2020). Como destaque positivo está o Amapá, que possuía 89,16% dos domicílios com coleta; por outro lado, o Maranhão obteve o pior desempenho com apenas 59,46% de acesso à coleta - ambos para o ano de 2015.

Tabela 17 – Percentual de domicílios com acesso à coleta de lixo nos estados da Amazônia Legal.

Unidade Federativa	2001	2005	2011	2013	2014	2015
Acre	77,51	70,94	80,63	79,71	80,09	79,33
Amapá	94,39	87,13	87,07	88,22	89,23	89,16
Amazonas	89,72	74,78	81,3	84,62	84,8	84,78
Maranhão	47,86	59,57	56,23	57,42	58,86	59,46
Mato Grosso	70,13	72,94	85,13	83,09	84,53	84,24
Pará	80,98	70,25	71,5	75,05	74,77	73,83
Rondônia	85,52	69,69	74,73	75,77	78,73	78,79
Roraima	93,86	76,44	83,63	82,07	84,52	82,77
Tocantins	65,75	69,6	77,65	80,27	81,04	81,78

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE/PNAD (2020a).

As queimadas e o desflorestamento, além dos prejuízos causados à atmosfera, à biodiversidade, ao solo e à água, prejudicam (respectivamente) a qualidade do ar, ocasionando problemas respiratórios, e o sustento (proveniente da floresta) de populações tradicionais (IBGE, 2015).

Tabela 18 - Número de focos de calor na Amazônia Legal (em unidades).

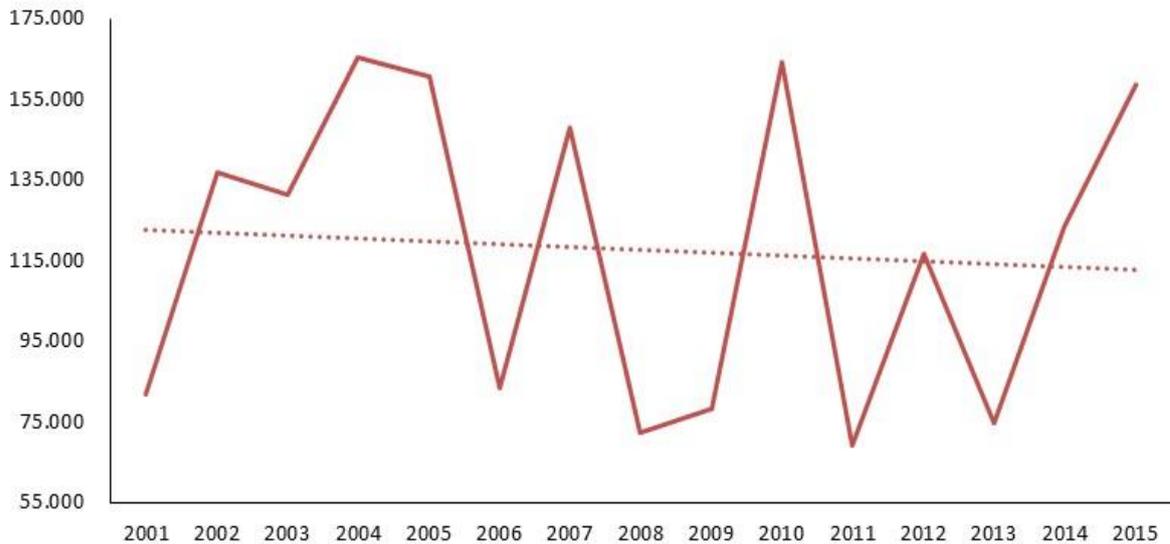
Unidade Federativa	2001	2005	2011	2013	2014	2015
Acre	828	4.746	1.912	3.242	3.829	5.512
Amapá	1.301	554	1.100	975	1.490	2.653
Amazonas	1.297	4.942	4.188	5.118	9.288	15.170
Maranhão	-	23.850	12.193	12.520	20.586	23.284
Mato Grosso	33.049	49.363	15.970	17.768	28.024	33.007
Pará	28.587	45.230	17.687	20.542	35.948	45.202
Rondônia	5.059	17.818	4.541	3.662	7.604	14.410
Roraima	2.416	934	1.082	994	1.868	2.062
Tocantins	9.113	13.006	10.387	9.756	14.912	17.403
Amazônia Legal	81.650	160.443	69.060	74.577	123.549	158.703

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020b).

A Tabela 18 e a figura 5, mostrou um comportamento no mínimo curioso do número de focos de calor na Amazônia Legal. Estes focos, que representam as queimadas e incêndios florestais, apresentaram uma leve queda na sua tendência para os anos analisados, apesar do expressivo aumento do seu número nos últimos dois anos. Vale destacar que, pelo menos até o

ano de 2010, para Abramovay (2010), essa redução na tendência não caracteriza uma dinâmica própria ao desenvolvimento sustentável da região.

Figura 5- Focos de calor na Amazônia Legal (unidades).



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020b).

A prática inadequada de atividades pecuárias e agrícolas, em sua maioria extensivas, são grandes causadoras dessas queimadas e do desflorestamento (SUDAM, 2020).

Tabela 19 - Desflorestamento bruto anual na Amazônia Legal (em quilômetros quadrados).

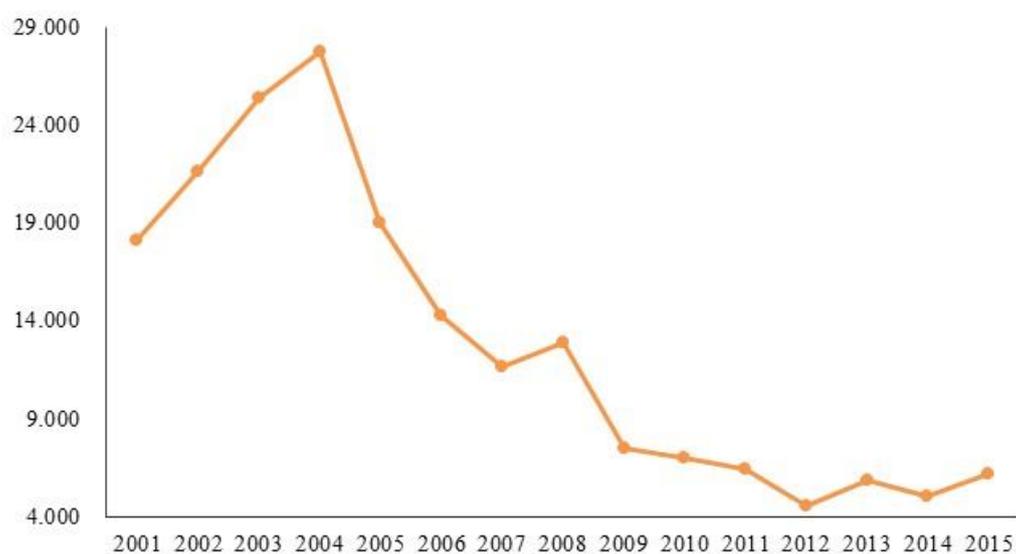
Unidade Federativa	2001	2005	2011	2013	2014	2015
Acre	419	592	280	221	309	264
Amapá	7	33	66	23	31	25
Amazonas	634	775	502	583	500	712
Maranhão	958	922	396	403	257	209
Mato Grosso	7.703	7.145	1.120	1.139	1.075	1.601
Pará	5.237	5.899	3.008	2.346	1.887	2.153
Rondônia	2.673	3.244	865	932	684	1.030
Roraima	345	133	141	170	219	156
Tocantins	189	271	40	74	50	57
Amazônia Legal	18.165	19.014	6.418	5.891	5.012	6.207

Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020b).

O caso do desflorestamento na região está exposto nas Tabela 19 e figura 6. Nestes, pode-se identificar a redução expressiva no desmatamento da Amazônia Legal durante os anos 2001 e 2015. Essa diminuição, à época, deve-se às iniciativas governamentais que buscavam

diminuir as taxas anuais de desmatamento ilegal. O Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal contribuiu sobremaneira para o encolhimento das taxas de desmatamento na Amazônia (SUDAM, 2020). Também vale destacar que o resultado para grande parte dos anos analisados, segundo Abramovay (2010), não vem seguido de transformações no padrão dominante de uso dos recursos e que, muitas vezes, o Estado acaba não realizando a função de “antecipar aos atores sociais os comportamentos necessários a uma estratégia voltada à ampliação das liberdades humanas no âmbito do uso sustentável da biodiversidade” (ABRAMOVAY, 2010, p. 112).

Figura 6 - Desflorestamento bruto anual na Amazônia Legal (em quilômetros quadrados).



Fonte: Elaborado pelo autor com base no IBGE (2020b).

Por fim, conforme demonstrado nas tabelas e figuras, os indicadores de modo geral melhoraram no decorrer dos anos. Com base nos resultados dos indicadores selecionados, que buscaram captar um nível mínimo necessário de características para que uma pessoa seja classificada como não pobre, pode-se sugerir uma melhora no quadro das múltiplas privações da população amazônica durante os anos estudados. Se por um lado alguns indicadores se mantiveram aquém do que seria razoável, como o percentual de domicílios com esgotamento sanitário – provavelmente o indicador em pior situação – por outro lado, a mortalidade infantil, o desflorestamento da floresta e o rendimento médio mensal apresentaram melhora substancial. Desse modo, a pobreza multidimensional se comportou com mais movimentos de baixas do que de altas entre os anos 2000 e 2015.

Algo que foi percebido em todos os trabalhos empíricos analisados no Capítulo 2, os quais também chegaram à conclusão de que a pobreza foi reduzida. Estes avaliaram situações e populações mais ou menos parecidas às deste trabalho, para quase o mesmo período de tempo. De modo que essa melhoria parece ter sido generalizada em todo o país. E disso, pode-se conjecturar que, talvez, o expressivo crescimento econômico e ganhos sociais do Brasil, à época, tenham colaborado para a melhora desses indicadores de pobreza.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi analisar o comportamento da pobreza multidimensional na população da Amazônia Legal entre os anos 2000 e 2015, enfatizando os processos de seleção e análise das dimensões de pobreza. Destacou-se que essa generalização sobre uma Amazônia homogênea, ainda que possível, é passível de ressalvas, pois há grandes dificuldades em conciliar as noções de pobreza para os vários povos amazônicos com suas numerosas etnias, diferenças culturais, linguísticas e de organização social.

A partir da revisão da literatura específica sobre a pobreza, procurou-se discutir a fundamentação teórico-econômica das abordagens uni e multidimensionais do assunto. O que sustentou toda a análise que se seguiu. Lançadas essas bases teóricas e com o entendimento de que o estudo multidimensional do fenômeno amplia o escopo de análise das pesquisas relacionadas ao tema, pois leva em consideração vários aspectos que as pessoas prestigiam e almejam para além da renda, partiu-se para a revisão de trabalhos empíricos sobre a pobreza.

Para este segundo tipo de revisão de literatura, buscou-se referências de estudos sobre a pobreza multidimensional aplicados a diferentes populações no Brasil. O exame desses trabalhos, além de trazer luz à situação de pobreza no país e em alguns dos seus estados e municípios, possibilitou uma compreensão melhor dos critérios e processos de escolha das dimensões, tais como o apresentado em Alkire (2008) ou Ottonelli (2013). Ficou também evidente que algumas dimensões e indicadores se repetiam nos diversos trabalhos apresentados por causa das suas relevâncias em representar os quadros de privações, a saber: educação, renda, saúde e alguma ou outra condição habitacional e sanitária.

Como a análise da pobreza também se relaciona com o estudo de como a população em questão vive e se organiza, a formação natural, social e econômica da Amazônia foi apresentada. A Amazônia Legal corresponde a mais da metade do território nacional, possui uma população superior a vinte milhões de pessoas, uma baixa participação no PIB do país, problemas relacionados ao avanço de atividades predatórias e extensivas - como o avanço do rebanho bovino - além de uma alta concentração de renda e vários outros obstáculos a serem ultrapassados.

Esses outros obstáculos se refletiram nas dimensões e indicadores selecionadas neste trabalho que buscaram capturar a essência daquilo que priva as pessoas de ter uma vida melhor, a pobreza. A pobreza nas formas de renda, saúde, educação, ambiental e de condições

habitacionais e sanitárias parecem bem relevantes para descrever a multidimensionalidade das privações da população amazônica. A esfera ambiental, que é um dos diferenciais deste trabalho, pois não se encontra difundida de forma generalizada em outros estudos do tipo, se justifica porque a expansão das liberdades substantivas (ou seja, a diminuição da pobreza) se condiciona também aos devidos cuidados com o meio ambiente.

A apresentação e análise dos dados dos indicadores de cada dimensão, demonstrou que houve uma melhora significativa em várias esferas. Sendo um dos grandes destaques positivo, um dos que mais melhorou, a taxa de mortalidade infantil; o Estado do Maranhão, por exemplo, reduziu a sua taxa em 25 p.p. em quinze anos. Como ponto negativo que permaneceu bem forte, ainda que tenha apresentado leve melhora em alguns estados, foi o indicador de esgotamento sanitário; de todos os estados, o Amapá foi o que teve o desempenho mais fraco, possuindo apenas 4,59% dos domicílios com acesso à rede coletora no ano de 2015.

Com base na avaliação das dimensões e indicadores durante os anos 2000 e 2015, que de modo geral apresentaram comportamento de melhora, chegou-se à conclusão que a pobreza multidimensional diminuiu na população da Amazônia Legal. Ou seja, num sentido seniano, a população amazônica parece ter ampliado as suas liberdades substantivas até, pelo menos, o ano de 2015 - último ano de análise deste estudo.

Frisa-se como uma limitação do trabalho, a falta de uma mensuração mais objetiva da pobreza, com mais critérios claros, que só a utilização de um índice de pobreza traria para algumas análises deste estudo. É nesse sentido que vai a sugestão para trabalhos futuros sobre a pobreza na Amazônia, que se utilize um índice de pobreza multidimensional (tal como o IPM) para uma avaliação mais acurada das situações de privação da população amazônica.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Desenvolvimento sustentável: qual a estratégia para o Brasil? **Novos estudos CEBRAP**, n. 87, p. 97-113, 2010.

ACOMPANHANDO a Agenda 2030. **PNUD**, 2016. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/acompanhando-a-agenda-2030.html>. Acesso em: 10 de nov. 2020.

ALKIRE, Sabina. **Choosing Dimensions: the Capability Approach and Multidimensional Poverty**. Munich Personal RePEc Archive (MPRA), n. 8862, 2008.

ALKIRE, Sabina; FOSTER, James. **Counting and Multidimensional Poverty Measurement**. Oxford Poverty & Human Development Initiative. 2008. Disponível em: https://ora.ox.ac.uk/objects/uuid:872ac1c6-ef22-4c73-b933-43340dd01eb7/download_file?safe_filename=Counting%2Band%2Bmultidimensional%2Bpoverty%2Bmeasurement.pdf&file_format=application%2Fpdf&type_of_work=Working+paper. Acesso em: 14 de maio de 2019.

ARAGÓN, Luís E. Desenvolvimento amazônico em questão. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 107, p. 5-16, set. 2015.

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Consulta em Tabela. Disponível em: <https://atlasbrasil.org.br/consulta/planilha>. Acesso em: 04 de out. de 2020.

BECKER, Bertha K. A amazônia como um território estratégico e os desafios às políticas públicas. In: SIFFERT FILHO, Nelson Fontes et al. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Amazônia**. Rio de Janeiro: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2014. p. 396-401.

BECKER, Bertha K. **Geopolítica da Amazônia**. *Estud. av.*, São Paulo, v. 19, n. 53, p. 71-86, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142005000100005&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 de maio de 2020.

CALDENHOF, Satya Bottin Loeb. **Mudanças sociais, conflitos e instituições na Amazônia**: os casos do Parque Nacional do Jaú e da Reserva Extrativista do Rio Unini. 2013. 361 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/280531>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

CASTRO, Edna Ramos; CAMPOS, Índio. Formação socioeconômica e desenvolvimento regional na Amazônia IN: CASTRO, Edna Ramos; CAMPOS, Índio (Org.). **Formação Socioeconômica da Amazônia**. Belém: NAEA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v.2)

CODES, Ana Luiza Machado de. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília: IPEA, 2008. (Texto para discussão n. 1332).

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **RAE-eletrônica**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2002.

DASGUPTA, Partha. **Measuring Sustainable Development: Theory and Application**. Asian Development Review, Vol. 24 (1), pp. 1-10. 2007.

FAHEL, Murilo; TELES, Letícia Ribeiro; CAMINHAS, Davy Alves. Para além da renda. Uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 31, n. 92, p. 1-21, 2016.

Fordlândia, a utopia industrial que Henry Ford queria construir no meio da Amazônia. **BBC**, 2018. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46010638>. Acesso: 22 de set. de 2020.

GUEDES, Gilvan R. *et al.* Poverty and inequality in the rural Brazilian Amazon: a multidimensional approach. **Human ecology**, v. 40, n. 1, p. 41-57, 2012.

GUIMARÃES, Vinicius Oliveira Seabra. Construção histórico-social da pobreza: desnaturalização da percepção das desigualdades sociais. **Cientific@-Multidisciplinary Journal**, v. 3, n. 1, p. 74-89, 2016.

IBGE. **Amazônia Legal**, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=sobre>. Acesso em: 07 de dez. de 2020.

IBGE. **Biomás e sistema costeiro-marinho do Brasil: compatível com a escala 1:250 000**. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Recursos Naturais e Estudos Ambientais, 2019. 164 p.

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 19 de maio de 2019.

IBGE. IBGE lança o Mapa de Biomás do Brasil e o Mapa de Vegetação do Brasil, em comemoração ao Dia Mundial da Biodiversidade. **Agência IBGE Notícias**, 2004. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/12789-asi-ibge-lanca-o-mapa-de-biomás-do-brasil-e-o-mapa-de-vegetacao-do-brasil-em-comemoracao-ao-dia-mundial-da-biodiversidade>. Acesso em: 09 de maio de 2020.

IBGE. **Indicadores de desenvolvimento sustentável: Brasil: 2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 351p.

IBGE. **Séries Históricas e Estatísticas**, 2020a. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/default.aspx>. Acesso em: 20 de nov. 2020.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA**, 2020b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/ipp/brasil>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Base de dados IPEADATA**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 02 de out. de 2020.

IPEA. **O que é? - Índice de Gini**, 2004. Disponível em: <https://tecnoblog.net/247956/referencia-site-abnt-artigos/> Acesso em: 22 de set. 2020.

LEITE, Áydano Ribeiro et al. Pobreza multidimensional no estado da Bahia com enfoque no meio rural utilizando a abordagem de Bourguignon e Chakravarty. **Revista Nexos Econômicos**, v. 10, n. 1, p. 7-32, 2017.

MARTHA JÚNIOR, G. B; CONTINI, E.; NAVARRO, Z. **Caracterização da Amazônia Legal e macrotendências do ambiente externo**. Brasília: Embrapa Estudos e Capacitação, 2011. Disponível em: <http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/48150/1/GBMJ-EstudoAMZ-DA1-vISSN.pdf>. Acesso em: 10 de maio de 2020.

MARTINS, Clítia Helena Backx. Pobreza, meio ambiente e qualidade de vida: indicadores para o desenvolvimento humano sustentável. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 30, n. 3, p. 171-188, 2002.

MANFREDO, Maria Teresa. **Turismo na Amazônia**: elementos culturais, conflitos e imaginários envolvendo a região de Manaus. São Paulo, 17f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2017.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/>. Acesso em: 02 de jun. de 2020.

MME. Ministério de Minas e Energia. Disponível em: <https://www.mme.gov.br/luzparatodos/asp/>. Acesso em: 22 de nov. de 2020.

O que é a Amazônia Legal. **OECD**, 2014. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/28783-o-que-e-a-amazonia-legal/>. Acesso em: 24 de nov. 2020.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo/RS: Feevale, 2013. Disponível em: <http://www.feevale.br/Comum/midias/8807f05a-14d0-4d5b-b1ad1538f3aef538/E-book%20Metodologia%20do%20Trabalho%20Cientifico.pdf>. Acesso em: de 01 abr. de 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **RELATÓRIO DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (RDH-PNUD). Relatório de Desenvolvimento Humano**: a verdadeira riqueza das nações. Caminhos para o desenvolvimento humano 2010. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/idh/relatorios-de-desenvolvimento-humano/relatorio-do-desenvolvimento-humano-200010.html>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006

SANTOS, Maria Emma; ALKIRE, Sabina. **Training material for producing national human development reports. MPI: Construction and analysis.** Oxford: Oxford Poverty and Human Development Initiative, 2011.

SEN, Amartya Kumar. **Development as Freedom.** 1 ed. New York: Anchor Books Edition, 2000. 384p.

SILVA, Andréa Ferreira da; SOUSA, Janaildo Soares de; ARAUJO, Jair Andrade. Evidências sobre a pobreza multidimensional na região Norte do Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 219-239, abr. 2017. ISSN 1982-3134. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/65923>. Acesso em: 25 de out. de 2020.

SILVA, Jefferson Chaves da. **POBREZA MULTIDIMENSIONAL NAS MESORREGIÕES CATARINENSES: Um estudo a partir da Abordagem das Necessidades Básicas.** 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Econômicas) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

SOUSA, L.; SANTOS, R.; SOUSA, D. Pobreza multidimensional na Amazônia legal: uma análise sobre o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF). **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, v. 6, n. 3, p. 125-148, 21 nov. 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1098>. Acesso em: 15 de abr. de 2019.

SUDAM. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2016-2019.** Belém, 2016. Disponível em: <http://www.sudam.gov.br/conteudo/menus/retratil/prda/arquivos/prda-2016-2019-versao-final-22-03-2018.pdf>. Acesso em 20 de abr. de 2019.

SUDAM. **Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) 2020-2023.** Belém, 2020. Disponível em: <http://antigo.sudam.gov.br/conteudo/menus/retratil/planos-desenvolvimento/prda/arquivos/prda-2020-2023.pdf>. Acesso em 02 de maio de 2020

Vale inaugura projeto de US\$ 14,3 bilhões no Pará. **O Globo**, 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/vale-inaugura-projeto-de-us-143-bilhoes-no-para-20663595>. Acesso em: 22 de set. 2020.

VEIGA, José Eli da. Indicadores socioambientais: evolução e perspectivas. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 29, n. 4, p. 421-435, 2009.

VIEIRA, Carine de Almeida; KUHN, Daniela Dias; MARIN, Solange Regina. Método Alkire-Foster: Uma Aplicação para a Medição de Pobreza Multidimensional no Rio Grande do Sul (2000-2010). **Planejamento e Políticas Públicas**, n. 48, 2017.